

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**ENVOLVIMENTO PATERNO E COMPORTAMENTO DA CRIANÇA
EM IDADE ESCOLAR: PERCEÇÃO DO PAI**

Francisco de Sousa Oliveira

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

(Área de Especialização em Psicologia Clínica e da Saúde - Psicologia Clínica Dinâmica)

2020

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE PSICOLOGIA



**ENVOLVIMENTO PATERNO E COMPORTAMENTO DA CRIANÇA
EM IDADE ESCOLAR: PERCEÇÃO DO PAI**

Francisco de Sousa Oliveira

Dissertação orientada pela Prof.^a Doutora Salomé Vieira Santos

MESTRADO INTEGRADO EM PSICOLOGIA

(Área de Especialização em Psicologia Clínica e da Saúde - Psicologia Clínica Dinâmica)

2020

Agradecimentos

À Prof. Doutora Salomé Vieira Santos, por ter aceite ser minha orientadora, tendo oferecido constantemente a sua incansável ajuda apesar do muito trabalho que a submergisse. Esta dissertação não teria sido possível sem o seu incalculável apoio e trabalho conjunto. Obrigado pelo muito que me ajudou a crescer e a conseguir com a sua crítica construtiva, foi uma honra e um orgulho.

À Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, por ter sido casa, e a todos os professores e funcionários que nela *habitam* por, de uma maneira ou outra, terem sido família.

Aos meus pais, por serem heróis. Por me terem permitido e incentivado a seguir o caminho dos meus sonhos, acompanhando com amor cada passo dado e estando comigo, agora, no culminar de tudo.

Aos meus irmãos, por sempre serem companheiros e eternos cúmplices de uma ligação que meras palavras não podem explicar.

Às minhas avós, pela enorme força que me transmitiam em abraços e beijos, por motivarem desde sempre e para sempre.

Aos meus amigos, por serem abrigo de desabafos e martírios, estando sempre presentes sem precisarem de ser chamados.

À minha terapeuta, por ter ajudado a limpar todos os “*pós que saíam debaixo do tapete*” no exercício do trabalho.

Aos pais que voluntariamente escolheram participar e fizeram esta investigação possível.

À Senhora Professora Maria Angelina Venâncio, que me acompanhou durante o primeiro ciclo do meu ensino básico e facilitou o processo de recolha de dados na escola básica Conde de Ferreira em Oeiras.

Ao Professor Domingos Santos, diretor do agrupamento de escolas de São Julião da Barra, por todas as facilidades concedidas para a dita recolha.

Resumo

Este estudo centra-se no envolvimento paterno (cuidados, disponibilidade, presença e disciplina) e na perceção do comportamento (internalizante e externalizante) da criança de idade escolar. Tem como objetivos, analisar a relação entre o envolvimento paterno e o comportamento da criança, e averiguar se existem variações nestas dimensões em função de variáveis da criança (sexo e idade), e de variáveis relacionais (proximidade na relação com a criança) e familiares (ser cuidador da criança e número de filhos). Participaram no estudo 113 indivíduos do sexo masculino, com 28 a 65 anos ($M=42.73$, $DP=5.58$), todos casados ou em união de facto, e com pelo menos um/a filho/a. As crianças-alvo eram maioritariamente do sexo feminino (67.3%) e tinham 6 a 12 anos de idade ($M=8.15$, $DP=1.59$). Utilizou-se a Escala de Envolvimento Paterno (EPP), o Questionário de Capacidades e Dificuldades (SDQ) e um Questionário Demográfico e Psicossocial. Verificou-se que níveis mais elevados de envolvimento paterno em termos de presença se associaram com a identificação de mais comportamentos internalizantes, havendo também uma tendência para um maior envolvimento na disciplina se associar com níveis mais altos de comportamentos externalizantes. Acresce que os pais das crianças mais novas (≤ 8 anos), comparativamente com os das mais velhas (>8 anos), referiram maior envolvimento na disciplina e nos cuidados, o mesmo acontecendo quando os cuidadores da criança são ambos os pais (*versus* apenas a mãe). Por fim, não obstante todos os pais identificarem proximidade na relação com a criança, os mais próximos reportaram níveis mais elevados de envolvimento (cuidados). Este estudo dá um contributo para aprofundar o conhecimento sobre o envolvimento paterno, designadamente no contexto português, no que se refere à sua relação com o comportamento da criança, mostrando também a relevância para este envolvimento da idade da criança, da relação estabelecida e do papel ativo do pai como cuidador.

Palavras-chave: envolvimento paterno, comportamento da criança, pais, idade escolar

Abstract

This study focuses on father involvement (care, availability, presence and discipline) and on the perception of school aged child behavior (internalizing and externalizing behavior). Its objectives are to analyze the relationship between father involvement and the child's behavior, and to ascertain whether there are variations in these dimensions due to the child's variables (gender and age), and to relational (closeness to the child) and family (the child's caregiver and number of children) variables. 113 male individuals, aged between 28 to 65 years ($M = 42.73$, $SD = 5.58$), all married or in a consensual union with at least one child, participated in the study. The target children were mostly female (67.3%) aged between 6 to 12 years ($M = 8.15$, $SD = 1.59$). The Paternal Involvement Scale (EPP), the Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ) and a Demographic and Psychosocial Questionnaire were used. Higher levels of father involvement in terms of presence were found to be associated with the identification of more internalizing behaviors, while a tendency for greater involvement in discipline was observed to be associated with higher levels of externalizing behaviors. In addition, the fathers of the younger children (≤ 8 years), compared to those of the older children (> 8 years), reported greater involvement in discipline and care, and the same occurred when the child's caregivers were both parents (versus only the mother). Finally, despite all the fathers identifying being close in the relationship with the child, the closest ones reported higher levels of involvement (care). This study contributes to deepening the knowledge on father involvement, namely in the Portuguese context, regarding its association with the child's behavior. Additionally, it highlights the relevance of the child's age, the relationship established and the father's active role as caregiver for this involvement.

Keywords: father involvement, child behavior, fathers, school age

Índice

Nota Introdutória.....	1
1. Introdução	2
1.1 Ser Pai: Evolução da Paternidade	2
1.2 Perspetiva Psicodinâmica do Papel do Pai	4
1.3 Envolvimento Paterno.....	8
1.3.1 Aspetos Conceptuais	8
1.3.2 Fatores Influentes.....	10
1.3.2.1 Características do Pai e do Contexto Familiar	10
1.3.2.2 Características da Criança e da Interação	12
1.4 Comportamento da Criança.....	14
1.4.1 Aspetos Conceptuais	14
1.4.2 Relação com Características da Criança e do Contexto Familiar	16
1.5 Relação entre Envolvimento Paterno e Comportamento da Criança	17
2. Objetivos e Hipóteses	21
3. Método.....	23
3.1 Participantes	23
3.2 Instrumentos	24
3.2.1 Escala de Envolvimento Paterno (EEP)	24
3.2.2 Questionário de Capacidades e Dificuldades (SDQ)	25
3.2.3 Questionário Demográfico e Psicossocial	26
3.3 Procedimento.....	26
3.4 Procedimentos Estatísticos	27
4. Resultados.....	28
4.1 Análise das Correlações entre o Envolvimento Paterno e o Comportamento da Criança.....	28
4.2 Análise do Envolvimento Paterno e do Comportamento da Criança em Função de Variáveis da Criança (Sexo e Idade)	32
4.3 Análise do Envolvimento Paterno e do Comportamento da Criança em Função de Variáveis Relacionais (Proximidade na Relação com a Criança) e Familiares (Ser Cuidador da Criança e Número de Filhos).....	33
4.3.1 Variáveis Relacionais.....	33
4.3.2 Variáveis Familiares.....	35
5. Discussão.....	37
6. Conclusão.....	44
Referências.....	48

Índice de Quadros

Quadro 1. Correlação do Envolvimento Paterno com o Comportamento da Criança.....	28
Quadro 2. Dificuldades da Criança em Diferentes Áreas – Frequências e Percentagens.....	29
Quadro 3. Correlação do Envolvimento Paterno com a Percepção do Impacto das Dificuldades da Criança.....	31
Quadro 4. Intercorrelação das Variáveis relativas às Dificuldades da Criança e seu Impacto	31
Quadro 5. Envolvimento Paterno e Comportamento em Função do Sexo da Criança (Médias, Desvios-Padrão, Valores de t e Valores de p)	32
Quadro 6. Envolvimento Paterno e Comportamento em Função da Idade da Criança (Médias, Desvios-Padrão, Valores de t e Valores de p)	33
Quadro 7. Envolvimento Paterno e Comportamento da Criança em Função da Proximidade na Relação com a Criança (Médias, Desvios-Padrão, Valores de t e Valores de p)	34
Quadro 8. Envolvimento Paterno e Comportamento da Criança em Função do Pai ser ou não Cuidador da Criança (Médias, Desvios-Padrão, Valores de t e Valores de p).....	35
Quadro 9. Envolvimento Paterno e Comportamento da Criança em Função do Número de Filhos (Média das Ordens, Valores de h e Valores de p)	36

Nota Introdutória

O estudo que se apresenta foca o envolvimento paterno e a percepção do pai sobre o comportamento da criança. Nas últimas décadas tem vindo a assistir-se a uma evolução em termos do papel do pai e da própria parentalidade (e.g., Beltrame & Bottoli, 2010; Marks, 2002; Staudt & Wagner, 2008), salientando-se que o pai quer estar (e está) mais presente no cuidado e educação dos filhos, o que não se observava, de forma tão alargada e expressiva, nos pais de gerações anteriores (e.g., Pleck & Masciadrelli, 2004; Sarkadi, Kristiansson, Oberklaid, & Bremberg, 2008), e demonstrando-se também a sua importância para o desenvolvimento dos filhos (e.g., Cia, Williams, & Aiello, 2005; Sarkadi et al., 2008; Tamis-LeMonda & Cabrera, 1999). Apesar disto, o papel do pai no desenvolvimento da criança, bem como no seu funcionamento comportamental e socio-emocional, ainda carece de mais investigação (e.g., Krol, Carson, Redshaw, & Quigle, 2016; Wilson & Prior, 2011).

Nesta sequência, a presente pesquisa procura contribuir quer para aprofundar o estudo do envolvimento paterno, reforçando a importância da inclusão do pai na vida diária dos filhos, quer para melhorar o entendimento da relação entre o envolvimento paterno e o comportamento da criança, e procura também dar um contributo para aumentar o conhecimento sobre o papel de variáveis relacionais e familiares específicas no envolvimento paterno, e sobretudo no comportamento da criança, face ao qual têm sido menos estudadas.

Assim, este estudo tem como objetivos a análise da relação entre o envolvimento paterno e o comportamento da criança em idade escolar (percepção parental), bem como da sua variação em função de variáveis da criança (sexo e idade), relacionais (proximidade na relação com a criança) e familiares (ser cuidador da criança e número de filhos).

A dissertação encontra-se organizada em seis pontos. Apresenta-se primeiro (Ponto 1) uma revisão da literatura, teórica e empírica, sobre o envolvimento paterno e o comportamento da criança, integrando, sempre que a literatura o permite, uma referência às restantes variáveis em estudo. Em seguida (Ponto 2), expõem-se os objetivos e hipóteses definidos no âmbito do estudo realizado. Apresenta-se depois (Ponto 3) o método, fazendo-se uma descrição breve dos participantes, dos instrumentos utilizados para a recolha de dados, do procedimento e dos procedimentos estatísticos. Segue-se a apresentação dos resultados obtidos (Ponto 4), a sua discussão (Ponto 5) e, por último, as conclusões principais do estudo, as suas limitações e sugestões para possíveis estudos futuros (Ponto 6).

1. Introdução

1.1 Ser Pai: Evolução da Paternidade

“Who are Fathers”? Esta pergunta, colocada por Marsiglio e colaboradores (Marsiglio, Randal, Day, & Lamb, 2000, p. 273), de índole aparentemente simples e, de certo modo, retórica, está associada a grande ambiguidade conceptual, dadas as diversas considerações de carácter biológico, social e legal que, à luz de várias perspetivas, entram em jogo para lhe responder. De um modo geral, a paternidade tem sido identificada com a representatividade biológica, contudo, o foco na paternidade social (i.e., pais que não estão geneticamente relacionados com os seus filhos), aumentou significativamente nas últimas décadas (Marsiglio et al., 2000).

Uma vez que na sociedade contemporânea a definição de paternidade surge como diversa, é expectável que também o seja a definição do papel do pai. São vários os autores que, nas últimas décadas, têm salientado quão este papel tem sofrido transformações consideráveis, especialmente na sociedade ocidental, tornando-se cada vez mais um conceito elástico e difuso (e.g., Beltrame & Bottoli, 2010; Marks, 2002; Staudt & Wagner, 2008). Acresce que o facto de, na sociedade atual, existir grande diversidade nos papéis sociais e familiares do homem e da mulher contribui para complexificar o conceito de paternidade (Beltrame & Bottoli, 2010; Staudt & Wagner, 2008). Além disso, a transição para a parentalidade é um processo que tem subjacente um longo percurso, com início muito antes do nascimento de um filho (e.g., Zornig, 2010), construindo-se a perspetiva sobre o papel do pai (ou da mãe), e o seu significado, logo a partir da infância, na relação com o seu próprio pai (ou mãe), portanto, antes do confronto com o exercício da parentalidade (e.g., Cabrera, Tamis-LeMonda, Bradley, Hofferth, & Lamb, 2000; Zornig, 2010).

A própria definição de família desafia os modelos tradicionais, já que as novas formas de família (e.g., com casais homossexuais, recasados, com ou sem filhos) promovem também renovadas visões sobre a construção da parentalidade (Beltrame & Bottoli, 2010). Atualmente, com a alteração ao nível das exigências do papel masculino é compreensível que este surja com uma expressão diversa, traduzível numa “reconstrução” da figura masculina, um “novo homem”, que se mostra mais envolvido na vida familiar e afetiva, que quebra as conceções ditas tradicionais associadas à virilidade e à força, capaz de expressar afeto abertamente e de demonstrar fragilidades, o que culmina no exercício do papel parental de uma forma mais presente, envolvida e participativa (Staudt & Wagner, 2008).

Os homens estão, pois, envolvidos mais ativamente nas tarefas da parentalidade, conquistando e usufruindo de um papel que ganha gradualmente uma maior aceitação social, enquanto as mulheres experimentam uma maior independência (económica e social), não necessitando já de um “marido” para obter apoio material, estatuto ou poder na sociedade, pelo que a família nuclear moderna (ocidental) integra mães e pais que trabalham numa equipa de coparentalidade, que passam mais tempo juntos do que antigamente, e que têm papéis muito menos diferenciados (Marks, 2002). Assim, na atualidade, enveredar pelo caminho da paternidade é uma escolha que é oferecida também aos homens (Beltrame & Botoli, 2010), e os que escolhem ser pais querem estar presentes, desde o momento da conceção, no cuidado e educação dos filhos, o que não se manifestava, pelo menos de forma tão alargada e expressiva, nos pais de gerações anteriores (e.g., Pleck & Masciadrelli, 2004; Sarkadi et al., 2008).

Historicamente, o ideal do que é ser pai teve subjacente diferentes perspetivas, desde o pai detentor da moral e disciplinador, ao chefe de família e, mais tarde, ao modelo de género, culminando no “novo pai” que surge como educador numa relação de coparentalidade com a mãe da criança (e.g., Lamb, 2000; Sarkadi et al., 2008). Existiu, deste modo, uma evolução no ideal do que é ser pai, inerente a uma expansão das próprias conceções da paternidade, desde o final do século XX até aos dias de hoje, em que o pai deixa de ocupar um lugar de figura distante e periférica para ser visto como mais central e importante na vida e no desenvolvimento dos filhos, um pai mais moderno e envolvido (e.g., Cabrera et al., 2000; Phares & Cho, 2019; Pleck, 1997). Com efeito, até há poucas décadas o pai surgia como o patriarca todo-poderoso, figura única do sustento da família (“ganha-pão”), o que lhe outorgava um enorme poder sobre esta (e.g., Beltrame & Bottoli, 2010; Knibiehler, 1995, citado por Lamb & Tamis-LeMonda, 2004), enquanto hoje se reconhece que desempenha diversos papéis no contexto familiar e que tem uma influência direta nos filhos, por exemplo, através do seu próprio comportamento e atitudes, e das mensagens que lhes transmite (e.g., Lamb, 2000; Lamb & Tamis-LeMonda, 2004). O ser provedor e “ganha-pão” passou a estar conceptualmente interconectado com o cuidar e, em alguns contextos, pode ser visto como uma forma de cuidado indireto (Doucet, 2020). O papel paterno está ainda associado a uma outra função importante, indireta, que se prende com o facto de o pai se constituir como fonte de apoio emocional para a mãe (ou para outros elementos da família que estejam envolvidos no cuidado direto da criança), contribuindo para a qualidade da relação mãe-criança e facilitando a adaptação positiva de ambas (ver Lamb, 2000).

Em Portugal, as alterações no papel do pai receberam grande incremento após a instauração da democracia, em 1974, quando se começou a abandonar o modelo tradicional da

figura paterna, enaltecido durante a ditadura (Wall, 2015). Embora a dicotomia tradicional de “ganha-pão” (homem) e “dona-de-casa” (mulher) como padrão familiar português ainda exista, este modelo já não é perspectivado como ideal (Escobedo & Wall, 2015, citado por Monteiro, Fernandes, Torres, & Santos, 2017). Num estudo realizado por Monteiro et al. (2017), com uma amostra de famílias portuguesas, concluiu-se que o pai, comparativamente com a mãe, ainda investe menos tempo no cuidado dos filhos, fortalecendo a ideia da manutenção de um funcionamento mais “tradicional” em relação ao papel de género nas famílias portuguesas.

Tendo em conta todas as transformações e mudanças, é notável como o homem se tem adaptado, e desenvolvido, no que diz respeito ao seu papel enquanto pai (Staudt & Wagner, 2008).

1.2 Perspetiva Psicodinâmica do Papel do Pai

A teoria psicanalítica tem estado imbuída, desde o início, de alusões ao poder simbólico do pai, sendo atribuído ao papel paterno um significado fundamental na formação da psique individual e da própria civilização (Freeman, 2008). Com base nos primeiros escritos de Freud, vários teóricos têm defendido que um dos pré-requisitos para um desenvolvimento normal é uma relação satisfatória com a mãe na infância (ver Lamb, 1975). Deste modo, na literatura psicanalítica a mãe é perspectivada como a principal cuidadora e a maior fonte de influência no desenvolvimento da criança, tendo em conta fatores biológicos e evolutivos (e.g., Bowlby, 1969/1982; Klein, 1928; Winnicott, 1956; ver também Millings, 2010). De facto, nas teorias psicanalíticas mais clássicas existe um foco principal na relação mãe-criança, resultando numa ênfase excessiva na mãe e, conseqüentemente, numa exploração insuficiente da contribuição paterna para o desenvolvimento saudável ou patológico da criança (Jones, 2005). O pai é assumido como tendo uma importância limitada, e quando é tido em consideração aparece meramente como figura ocasional de substituição da mãe (e.g., Lamb, 1975). Bowlby (1989) chega a referir que o pai não está no topo da hierarquia de pessoas importantes na vida da criança, sendo essa honra atribuída à mãe.

Esta discrepância na valorização da figura materna face à paterna transparece também em aspetos culturais específicos, existindo uma riqueza histórica de imagens que celebram a força e a intimidade duradouras do vínculo mãe-filho/a, e que reflete o pressuposto, de longa data, de que cuidar de crianças é uma atividade exclusivamente feminina (Freeman, 2008). Acresce que Zornig (2010) relembra que também o bebé do século XXI já não é visto apenas como um ser passivo e reativo, ao contrário do que se considerou durante muito tempo, sendo antes um parceiro ativo na relação, pelo que, ao invés de estar totalmente centrado em si

mesmo, interage com o mundo e com os seus objetos, participando em trocas emocionais significativas com os seus cuidadores. Bowlby (1969/1982) considera que o bebé está “programado” para procurar proximidade com uma pessoa que o proteja, porém, essa pessoa não tem de ser necessariamente a sua mãe biológica. De facto, há evidência de que os bebés se apegam a mães e pais quase ao mesmo tempo durante o primeiro ano de vida, e que durante o segundo ano os rapazes mostram até uma preferência pelo pai (Lamb, 1997), embora exista discordância com esta perspetiva.

O impacto positivo do envolvimento dos homens nos cuidados iniciais da criança tem promovido o escrutínio minucioso da ausência paterna, tendo esta sido destacada quer como uma limitação concetual da teoria psicanalítica, quer como um problema social com efeitos psicológicos e culturais prejudiciais (Freeman, 2008). O pai passa a ser visto como tendo uma importância “maior”, não se cingindo a ser apenas o parceiro sexual ou o “guardião” da mãe (Paiva, 2016), e desempenha um papel igualmente importante e necessário para o desenvolvimento psicológico da criança, embora qualitativamente diferente daquele desempenhado pela mãe (Lamb, 1975). O estabelecimento de laços com o pai favorece o desenvolvimento afetivo e cognitivo do bebé, enquanto propicia ao próprio pai o sentimento de se sentir um “pai suficientemente bom”, especificamente para aquele bebé (Zornig, 2010). Com efeito, a presença real do pai melhora as capacidades da criança em diferentes domínios, constituindo a sua ausência ou separação uma experiência dolorosa e com consequências potencialmente negativas (Paiva, 2016).

É comumente aceite que, de um ponto de vista psicodinâmico, existem várias funções associadas ao pai que são únicas para a formação e integração da estrutura psicológica dos indivíduos. Uma das noções mais amplamente adotadas refere-se ao papel do pai como facilitador do processo de separação-individuação, cuja origem remonta ao trabalho de Mahler (1975). O pai serve de mediador entre a mãe e o bebé, auxiliando a mãe a reconhecer o bebé na sua dimensão de sujeito individual, já que para o pai o bebé sempre se constituiu como um objeto externo desde a conceção (Zornig, 2010), permitindo até que a mãe possa “esquecer o bebé” por algum tempo (Marks, 2002). Relativamente à criança, Marks (2002) refere que a função do pai será mostrar que ela existe na mente de alguém sem ser a mãe, funcionando como segundo objeto e outorgando à criança uma liberdade que lhe permite ter espaço para se experienciar, podendo arriscar “odiar” a mãe (e até mesmo “matá-la” na sua mente) porque existe um outro que a vai cuidar e “manter viva”. A nível intrapsíquico, a criança pode usar o pai para testar a sua autoimagem emergente, como figura separada e distinta da mãe (Jones, 2005). Sem este segundo objeto (que surge com a figura do pai), a psique da criança e a sua

individuação poderiam ficar comprometidas, com consequências ao nível do seu desenvolvimento emocional e cognitivo (Marks, 2002). Deste modo, o pai desempenha, dentro desta estrutura de separação-individuação, um papel único como figura de vinculação que estimula e apoia a criança durante este processo (Jones, 2005).

Quando a criança entra no período edipiano (3-5 anos), a autoridade do pai, a sua personalidade única e a ligação à mãe oferecem à criança uma atmosfera relacional em que os impulsos podem ser regulados, os conflitos negociados com segurança e a identificação ocorrer (Jones, 2005). Segundo Paiva (2016), o papel do pai passa por fornecer a proteção inicial em torno da díade mãe-filho/a, para ser depois o responsável pela alteridade, novidade e limite que representa o 'não' (e.g., “não, não podes ter a mãe só para ti”, p. 126). Freeman (2008) salienta que, até ao início da década de 1940, as ideias pós-freudianas sobre o relacionamento pai-criança consagravam o papel paterno ao conceito fundamental de Freud de complexo de Édipo, que mantém, ainda hoje, um lugar central como pedra angular da teoria psicanalítica. O autor descreve como este conceito de Freud estabelece a importância do pai na teoria psicanalítica, e identifica o confronto da criança com a autoridade paterna como correspondendo ao período mais crítico do desenvolvimento psicosssexual, sendo a presença do pai vista como fulcral durante o Édipo (e.g., Freeman, 2008; Lamb, 1975). Com efeito, Freud considerava que o pai desempenhava um papel crítico, sugerindo que a formação de um vínculo amoroso ao pai, especialmente para os rapazes, era fundamental para o desenvolvimento saudável e para a resolução bem-sucedida do complexo de Édipo (Freud, 1921/1955a).

Zornig (2010) acentua que a resolução do complexo de Édipo permite a triangulação relacional e possibilita ao homem, no futuro, aceder à paternidade, gerando um espaço mental para o bebé, funcionando como um intermediário entre ele e o mundo. Nas palavras de Freeman (2008, p. 119) “a crise interna instigada pelo complexo de Édipo prende-se com a repressão das fantasias ilimitadas da infância cedendo à ordem moral de género representada pelo pai; um ritual de passagem que estabelece as bases para a formação do inconsciente e da identidade heterossexual normal, constituindo o ‘complexo nuclear de todas as neuroses’”. A ameaça da castração impulsiona o rapaz a sair do conflito edipiano, através da identificação ao pai e do acesso à posição masculina (Freud, 1924/1955b); para conservar a sua virilidade, a criança abre mão do desejo de ter a mãe, identificando-se com os atributos paternos e com a possibilidade de ser como o pai no futuro, em vez de tentar ocupar o seu lugar (Zornig, 2010). É ao apresentar-se como um rival irrefutavelmente poderoso e temido, no que diz respeito à posse do amor da mãe, que o pai instiga a rutura crucial do vínculo exclusivo da criança com mãe, obrigando-a a alcançar uma identidade e consciência moral separadas, incutindo a proibição

cultural do incesto e iniciando uma internalização da autoridade que é sinónimo do desenvolvimento do superego (Freeman, 2008). Na conceção de Freud (1923/1955c), o superego é o herdeiro do complexo de Édipo, em que as figuras do pai e da mãe são interiorizadas e agem, posteriormente, como juízes inconscientes. Assim, “embora Freud associe a maternidade ao trabalho ‘natural’ de reprodução e nutrição no sentido físico, o nascimento psicológico da criança decorre da responsabilidade culturalmente definida do pai” (Freeman, 2008, p. 120).

A fase de latência surge com a resolução do complexo de Édipo, quando a criança começa a aperceber-se que os seus desejos e vontades, relativamente ao progenitor do sexo oposto, não podem ser satisfeitos, afastando-se dos mesmos, e começando, então, a identificar-se com o progenitor do mesmo sexo (Freud, 1924/1955b). Jones (2005) comenta que, durante o período de latência, o papel do pai vai evoluir para o de “mentor”, em que, através do seu estilo cognitivo único, desempenhará diversas funções específicas como estimular as capacidades de resolução de problemas da criança e as suas habilidades abstratas e de memória, ajudando a desenvolver competências importantes para as tarefas de âmbito escolar,

Por fim, refira-se que Freeman (2008) destaca a existência de um paradoxo no “patriarcado”, em que o pai, embora possa ser visto como “chefe” de família, é simultaneamente excluído e impedido de se constituir como personagem central dentro da mesma, havendo, assim, a exaltação simultânea do poder paterno e a marginalização do pai da vida familiar, abordagem reproduzida nas escolas centrais do pensamento psicanalítico (e.g., Klein, Lacan). Existe, de acordo com o autor, uma tensão entre “a presença simbólica e a ausência substantiva do pai na teoria psicanalítica ortodoxa” (p. 113), particularmente no que se refere ao complexo de Édipo, na qual se realça a premissa de que o pai está ausente na esfera pré-edipiana, perpetuando-se uma imagem de autoridade paterna legitimada pela distância e pelo domínio “natural” da relação mãe-filho/a durante este período. Deste modo, “a própria inclusão do pai na esfera pré-edipiana destrói a estrutura basilar do complexo de Édipo, quebrando a suposição idealizada de que a díade mãe-filho/a constitui uma relação social exclusiva” (Freeman, 2008, p.132). O autor destaca a necessidade de se atender às “realidades” complexas e diversas da paternidade à luz da teoria psicanalítica, forjando entendimentos mais realistas do que significa ser pai e ultrapassando a imagem clássica de figura opressora e de rival para uma outra mais atual, onde o pai quer, e consegue, estar mais envolvido e presente.

1.3 Envolvimento Paterno

1.3.1 Aspectos Conceptuais

Na literatura é transversal a ideia de que definir as complexidades do envolvimento paterno com base num esquema de categorização teoricamente significativo e organizado, para as múltiplas formas de envolvimento, constitui uma tarefa difícil (e.g., Lamb, 2000; Marsiglio et al., 2000; Parke, 2000; Pleck, 2007), mais ainda por que tanto o entendimento do envolvimento paterno como a sua operacionalização têm evoluído ao longo dos anos. Atualmente, ele é perspectivado como um construto multidimensional, influenciado por um vasto conjunto de normas sociais e culturais, e abrangendo um amplo espectro de competências e de dimensões (afetivas, cognitivas e éticas), bem como diversos componentes comportamentais observáveis, tanto diretos (e.g., interações face a face) como indiretos (e.g., apoio à mãe) (e.g., Lamb, 2000; Marsiglio et al., 2000; Pleck, 2007; Sarkadi et al., 2008). É esperado do pai o exercício de uma multiplicidade de papéis, porém pode existir uma discrepância entre estas expectativas e as funções que ele é realmente capaz de desempenhar, o que sugere a necessidade de se explorar as várias dimensões do conceito de envolvimento paterno (Lamb & Tamis-LeMonda, 2004).

Os trabalhos iniciais sobre o estudo do pai, realizados nas décadas de 1970 e 1980, focavam-se, essencialmente, na investigação de dimensões quantitativas e unidimensionais da paternidade e do envolvimento paterno, tais como a presença ou ausência do pai da vida da criança e a quantidade de tempo que este passava com ela (e.g., Lamb, 2000, 2010; Monteiro et al., 2017). Este foco restrito do envolvimento paterno, com pouca ou nenhuma atenção dedicada a outras funções e aspetos da paternidade, resultou num empobrecimento da definição e entendimento da paternidade, que ignorava diversos fatores, por exemplo associados com diversidade cultural e social (Lamb, 2010).

Historicamente, o envolvimento paterno tem sido operacionalizado de diferentes maneiras (e.g., Lamb, Pleck, Charnov, & Levine, 1985), mas mais recentemente vários autores têm procurado uma compreensão ampla e inclusiva da paternidade (e.g., Cabrera & Tamis-LeMonda, 2012; Pleck, 2010, 2012). Embora o foco de alguns autores esteja na presença física do pai (e.g., Keown & Palmer, 2014) ou nas atitudes do mesmo (e.g., Dubeau, Coutu, & Lavingueur, 2013), vários realçam a importância de se analisar a qualidade do envolvimento paterno, com uma compreensão também de qual o seu impacto no desenvolvimento da criança (e.g., Lamb, 2000, 2010; Monteiro et al., 2017). M. Lamb, precursor no estudo do envolvimento paterno, refere que, dada a existência, no início, de uma grande variedade de

definições implícitas de envolvimento paterno, era difícil a comparação inter-estudos (e.g., Lamb, 2010). Sublinha ainda que, muitas vezes, não era claro se a conceção de paternidade dos investigadores correspondia à dos pais entrevistados, já que estes não eram convidados a definir a sua própria ideia da natureza do seu envolvimento na vida dos filhos, enfraquecendo, assim, a compreensão das bases motivacionais da paternidade. Para colmatar algumas destas dificuldades, Lamb e colaboradores (Lamb et al., 1985; Lamb, Pleck, Charnov, & Levine, 1987; ver também Lamb 2000) fizeram uma revisão dos estudos desenvolvidos na época em relação às semelhanças nas definições implícitas de envolvimento paterno utilizadas, e conceberam um modelo onde formulavam o constructo do envolvimento paterno e as suas componentes, procurando focalizar aspetos da paternidade que não tivessem sido estudados anteriormente, mas que surgiam então desencadeados pelas transformações sociais no papel do pai. Este modelo, denominado de tripartido devido às três componentes de envolvimento paterno que abarca, tornou-se uma base conceptual de referência, influenciando a orientação de grande parte da investigação sobre o envolvimento paterno, devido ao seu valor heurístico. As três componentes são as seguintes (e.g., Lamb et al., 1987): (1) Interação - diz respeito à interação direta entre o pai e a criança no âmbito do cuidar, brincar ou de outras atividades; (2) Acessibilidade - refere-se a que o pai pode, ou não, envolver-se diretamente em momentos de interação, mas está física e/ou psicologicamente disponível para o/a filho/a (e.g., estar a cozinhar enquanto a criança brinca na sala ao lado, ou até estar a cozinhar ao mesmo tempo que a criança brinca próximo do pai na mesma divisão); (3) Responsabilidade - reflete a assunção por parte do pai da responsabilidade final pela segurança, bem-estar e satisfação das necessidades e cuidados da criança, considerando-se que corresponde não só ao tipo de envolvimento porventura mais importante, mas também ao mais difícil de definir e ao menos estudado. De notar que, muitas vezes, o envolvimento de um pai responsável não é observável na interação direta com a criança, podendo passar até despercebido, pelo que os investigadores podem facilmente ignorar este tipo de envolvimento e supor que tais pais não estão envolvidos (Lamb, 2000).

O modelo tripartido de Lamb continuou a ser uma referência (e.g., Flouri & Buchanan, 2003a; Lamb, 2000, 2010; Lima, Serôdio, & Cruz, 2009; Marsiglio et al., 2000; McBride et al., 2005; Parke, 2000; Tamis-LeMonda, & Cabrera, 1999), incluindo em trabalhos mais recentes (e.g., Pleck, 2012; Santis & Barham, 2017). Porém, esteve na génese de novos modelos do envolvimento paterno, como é o caso do proposto por Pleck (2010). Este modelo, também utilizado na investigação atual (e.g., Kennedy, Betts, Dunn, Sonuga-Barke, & Underwood, 2015), conceptualiza o envolvimento paterno incorporando cinco elementos-

chave: três primários - (1) atividades de envolvimento positivo (e.g., brincar/ler para a criança/praticar desportos juntos), (2) afeto-responsividade (e.g., demonstrar afeto, abraçar), (3) controlo (e.g., estabelecer limites, disciplinar a criança); dois auxiliares, que permitem esclarecer os dois aspetos diferentes da componente “responsabilidade” definida originalmente por Lamb e colaboradores - (4) cuidado social e material indireto (e.g., compras para a criança e/ou quaisquer atividades que os pais façam para a criança, mas não com a criança), (5) responsabilidade pelo processo (e.g., monitorizar e garantir que os quatro elementos anteriores são cumpridos).

1.3.2 Fatores Influentes

Na literatura identificam-se múltiplos fatores que apoiam ou dificultam o envolvimento positivo do pai com a criança e que operam ao longo da vida. Constituem exemplos, características do próprio pai (e.g., idade, saúde mental, expectativas, motivação), da criança (e.g., idade, sexo), contextuais (e.g., relação familiar, redes de apoio), da comunidade e cultura, e até políticas públicas (e.g., Flouri & Buchanan, 2003a; Lamb, 2000, 2010; Santis & Barham, 2017; Tamis-LeMonda & Cabrera, 1999). Apresentam-se a seguir alguns exemplos, com mais destaque para variáveis relevantes no âmbito do presente estudo.

1.3.2.1 Características do Pai e do Contexto Familiar

O estatuto económico do pai e o ser capaz de providenciar apoio económico adequado afeta não só a relação com a criança, como com a mãe desta, associando-se ainda com o envolvimento paterno a competência do pai para lidar com questões financeiras (Shapiro et al., 2011, citado por Santis & Barham, 2017).

De referir igualmente que o envolvimento é tanto melhor quanto menos horas o pai passe a trabalhar, o que lhe permite dispor de mais tempo para estar com o/a filho/a (e.g., ver Santis & Barham, 2017). Contudo, passar mais tempo com a criança, só por si, não implica um envolvimento positivo, dependendo este da qualidade das interações pai-filho/a nesse tempo, assim como interações de qualidade desenvolvidas num curto espaço de tempo também não conduzem necessariamente a um melhor envolvimento paterno, pelo que o importante é que haja um equilíbrio entre a quantidade e a qualidade do tempo de interação com a criança (e.g., Lamb, 2010; Parke 2000). Assim, embora seja fundamental que o pai e a criança passem tempo juntos, se esse tempo for de trocas hostis e conflito, então o envolvimento paterno será prejudicial para a relação, contribuindo para uma vinculação segura pai-criança tanto a quantidade como a qualidade da interação estabelecida (Cabrera, 2020).

Na literatura evidencia-se que quer o nível de escolaridade, quer a idade do pai se correlacionam com o envolvimento paterno, de tal forma que quanto maior a idade do pai e mais elevado o seu nível de escolaridade, maior o envolvimento com a criança (ver revisões de Santis & Barham, 2017; Tamis-LeMonda & Cabrera, 1999). O resultado para a idade vai na linha do obtido num estudo português de Lima (2008, citado por Simões, Leal, & Maroco, 2010b), onde se verificou que os pais mais velhos são não só mais acessíveis aos filhos como interagem mais com eles.

Também o número de filhos, uma variável do presente estudo, pode ser influente. Lamb (2000) conclui que quanto menor o número de crianças no agregado familiar, maior é a motivação do pai para investir tempo e recursos em cada um dos filhos, associando-se ainda o maior número de filhos com o menor envolvimento paterno (Flouri & Buchanan, 2003b; Pleck, 1997). De facto, ter mais filhos pode representar menos tempo individual para cada um e, consequentemente, conduzir à perceção de menor envolvimento com os mesmos (Monteiro et al., 2017). Acresce que, neste caso, o pai pode sentir uma maior pressão em termos do apoio económico à família, o que poderá acarretar uma menor presença na vida dos filhos (Flouri & Buchanan, 2003b). Na mesma linha, um estudo realizado por Lima, Serôdio, e Cruz (2011), com crianças portuguesas em idade escolar, mostrou que as crianças com dois ou mais irmãos, comparativamente com as que tinham apenas um irmão, indicavam que o pai assumia menos responsabilidade com elas. De referir ainda que, quando existem vários filhos, o pai mostra-se mais envolvido com o primogénito do que com os mais novos (e.g., Flouri & Buchanan, 2003b; Pleck, 1997). Um estudo de Mehall, Spinrad, Eisenberg, e Gaertner (2009) obteve resultados contraditórios com os antes descritos, sugerindo que, com o aumento do número de filhos, o pai tende a tornar-se mais envolvido, ainda que, na linha do anteriormente mencionado, este envolvimento esteja direccionado sobretudo para os filhos mais velhos, com o custo de uma menor interação com os filhos mais novos, cuja responsabilidade recai especialmente nas mães.

Ser ou não cuidador principal da criança poderá ter consequências para o envolvimento do pai, mas carece-se de estudos que analisem esta variável. Num trabalho que utiliza o mesmo instrumento usado neste estudo para avaliar o envolvimento paterno, Arrais (2012) verificou que quando os cuidadores principais da criança são o pai e a mãe em conjunto (e não apenas a mãe), o pai tem a perspetiva que está mais envolvido com os filhos em termos de cuidados, disponibilidade e presença.

A relação do casal tem sido igualmente identificada como tendo um grande impacto no envolvimento paterno, tal como decorre da revisão de literatura Santis e Barham (2017). Na revisão destes autores salientou-se que o desgaste sentido na relação conjugal se relaciona com

um baixo envolvimento paterno, salientando-se ainda que os pais casados apresentam um nível mais elevado de envolvimento com os filhos, comparativamente com aqueles que não coabitam, e que os pais divorciados relatam um desejo de maior participação na vida dos filhos, e mostram vontade de estar ativamente envolvidos. Tamis-LeMonda e Cabrera (1999), por sua vez, dão saliência a que relação positiva com a mãe da criança facilita o envolvimento do pai na vida dos filhos. É de notar que quanto mais positiva for a representação que o pai tem do seu próprio envolvimento com a criança, especialmente no que diz respeito a fatores relacionados com suporte emocional e estimulação, e com a partilha de atividades domésticas com a mãe, maior a interação que desenvolve com a criança (Lima et al., 2009).

Por fim, refira-se que diversos autores identificaram uma relação entre o envolvimento paterno e a experiência tida na relação com o seu próprio pai na infância, verificando-se que muitos homens não consideram os seus pais como modelos positivos e querem ser um melhor exemplo para os filhos do que os pais o foram para eles (e.g., Marsiglio et al., 2000; Pleck, 1997).

1.3.2.2 Características da Criança e da Interação

Relativamente às características da criança, de acordo com Pleck (1983, citado por Lamb, 2000) estas podem ser muito menos influentes no envolvimento paterno do que seria esperado. Abordam-se em seguida as características sexo e idade, bem como aspetos relativos à interação pai-criança, pela sua pertinência no contexto do presente estudo.

No que diz respeito ao sexo, os pais demonstram estar mais envolvidos com os filhos do que com as filhas, independentemente da idade da criança (e.g., Cabrera et al., 2000; Flouri & Buchanan, 2003b; Lamb, 2000; Lima et al., 2011; Pleck, 1997). Todavia, os resultados neste domínio são inconsistentes. Por exemplo, num estudo que envolve famílias portuguesas, Monteiro et al. (2017) não encontraram diferenças significativas no envolvimento paterno em função do sexo da criança, apontando também os resultados de outros autores para a não existência de uma relação significativa entre estas variáveis (e.g., Monteiro, Veríssimo, Castro, & Oliveira, 2006; Rouyer, Frascarolo, Zaouche-Gaudron, & Lavanchy, 2007).

Quanto à idade da criança, embora o pai se possa mostrar mais interessado na interação com os filhos mais velhos (Lamb, 2000), aparentemente não passa mais tempo com eles, estando mais envolvido, deste ponto de vista, quando os filhos são mais pequenos (e.g., Lamb, 2000; Phares & Cho, 2019). Tal poderá ter subjacente o facto de que, com o passar dos anos, os filhos começam a usufruir de uma maior autonomia, mostrando uma preferência pela interação com os pares ou irmãos em detrimento da interação com os pais (Lamb, 2000). De

referir ainda que, durante a idade escolar, o envolvimento paterno associa-se com o sucesso académico da criança, estendendo-se este benefício até à adolescência (Tamis-LeMonda & Cabrera, 1999). No geral, porém, os pais investem menos tempo com as crianças do que as mães, um padrão que se mostra constante independentemente da idade dos filhos (Phares & Cho, 2019), e que poderá traduzir-se no seu envolvimento com eles.

A satisfação com o envolvimento paterno, percebida quer pelo pai quer pela criança, é um processo transacional que se retroalimenta e reforça, sendo muitas vezes tanto causa como consequência (Lima et al., 2011). Por exemplo, quanto maior for a interação e as responsabilidades assumidas pelo pai, maior será a satisfação da criança, o que vai reforçar e fortalecer o vínculo pai-criança, contribuindo para um aumento da autoestima e do bem-estar biopsicossocial do pai, da criança e da família como um todo (Lima et al., 2011).

Outros autores encontraram uma associação entre níveis elevados de envolvimento paterno e uma relação pai-criança mais forte e próxima (Wilson & Prior, 2011). Acresce que a proximidade na relação pai-criança e a qualidade da interação aumenta a satisfação do pai com o seu papel, o que tem consequências positivas na dinâmica familiar (e.g., Cia et al., 2005), além de que quanto mais positiva for a representação que o pai tem do seu próprio envolvimento com a criança maior será a interação que desenvolve com ela (Lima et al., 2009).

De referir ainda os resultados de um estudo longitudinal muito recente de Olsavsky e colaboradores (Olsavsky, Berrigan, Schoppe-Sullivan, Brown, & Kamp Dush, 2020), não obstante ser realizado com bebés (aos 9 meses destes e entre os 12 e 18 meses) e não com crianças mais velhas, o qual analisa as associações entre o comportamento do pai na sua interação com a criança e a vinculação na díade pai-bebé. Verificou-se que níveis mais altos de estimulação paterna aos 9 meses da criança associaram-se com uma maior probabilidade de vinculação segura mais tarde (12-18 meses), avaliada através da situação estranha, constituindo a intrusividade paterna uma variável moderadora desta relação (a associação entre a estimulação paterna e a vinculação segura ocorria quando estavam presentes níveis baixos e médios de intrusividade paterna, mas não quando estes níveis eram elevados). Este estudo mostra que o comportamento e envolvimento do pai contribuem para a vinculação que a criança desenvolve com ele, apontando também para o facto de que são padrões específicos de interação e comportamento do pai que facilitam a génese de uma relação positiva, na qual futuramente a criança poderá apoiar-se para desenvolver capacidades e competências.

1.4 Comportamento da Criança

1.4.1 Aspetos Conceptuais

A conceptualização e a caracterização do comportamento da criança e dos problemas que lhe estão associados têm sido objeto de estudo ao longo das últimas décadas. Desde a década de setenta que se têm desenvolvido diversas investigações neste âmbito, muitas delas encabeçadas pelo designado modelo ASEBA (*Achenbach System of Empirically Based Assessment*; e.g., Achenbach, 1991; Achenbach & Rescorla, 2000). Este modelo, proposto inicialmente por Achenbach, em 1960, recorre à perspetiva de diversos informantes, permitindo avaliar um grande e diverso espectro de problemas de comportamento e a competência social (e.g., Achenbach 1991; Achenbach & Edelbrock, 1978; Achenbach & Rescorla, 2001; ver também López-Soler, Castro, Alcántara, Fernández, & López, 2009). Foram desenvolvidas várias versões - e.g., Child Behaviour Checklist (CBCL), respondido pelos pais; Teacher Report Form (TRF), respondido pelos professores; Youth Self-Report (YSR) respondido pelos jovens - que tornaram possível a elaboração taxonómica empírica, em psicopatologia infantil, de diversas síndromes características da infância e da adolescência (López-Soler et al., 2009).

Na linha do ASEBA, surge o *Strengths and Difficulties Questionnaire* (SDQ), um instrumento mais curto (25 questões), de rastreio comportamental, desenvolvido por Goodman (1997), que visa crianças e adolescentes dos 2 aos 17 anos de idade. Este instrumento permite obter informação relativamente aos problemas da criança e aos seus atributos, cobrindo um leque abrangente de sintomas de saúde mental, incluindo problemas de comportamento, hiperatividade, sintomas emocionais, problemas na relação com os pares, e comportamento pró-social (Goodman, 1997; Goodman, Lamping, & Ploubidis, 2010; ver também Bøe, Hysing, Skogen, & Breivik, 2016). Tal como o ASEBA, o SDQ compreende diferentes versões em função da idade da/do criança/jovem, as quais podem ser respondidas por pais e professores/educadores (2-4 anos e 4-17 anos), havendo ainda uma versão de autorrelato para adolescentes (11-17 anos).

Tanto o ASEBA como o SDQ podem ser usados para avaliar o funcionamento da criança (comportamental e social), permitindo identificar crianças em risco (para quem se justificará depois uma avaliação mais aprofundada); a sua facilidade de administração e tradução em diversos idiomas possibilitam o seu uso em múltiplos contextos, e com diversos grupos culturais, sendo largamente utilizados para fins de investigação (Achenbach et al., 2008).

Achenbach identifica duas dimensões referentes aos comportamentos problemáticos das crianças: comportamentos externalizantes e comportamentos internalizantes (e.g., Achenbach, 1991; Achenbach & Edelbrock, 1978). Os comportamentos externalizantes da criança correspondem a um conjunto de comportamentos observáveis, agidos externamente no ambiente físico e nos outros, caracterizados por uma dificuldade na capacidade de autorregulação, o que origina o descontrole e a sensação de uma carga emocional negativa que surge sob a forma de comportamentos destrutivos, desafiantes, de oposição, antissociais, hiperativos e agressivos (e.g., Achenbach, 1991; Achenbach & Edelbrock, 1978; Eisenberg et al., 2001; Liu, 2004). De acordo com Liu (2004), os comportamentos externalizantes associam-se a um maior risco de delinquência juvenil, crime e violência na idade adulta. Em contraste, os comportamentos internalizantes dizem respeito a problemas de comportamento direcionados para o próprio, onde existe um autocontrole excessivo que se reflete no funcionamento psicológico da criança e no seu estado emocional, originando comportamentos que se traduzem em retraimento, ansiedade, inibição e depressão, os quais, dado não serem tão facilmente observáveis como os comportamentos externalizantes, podem ser subestimados pelo adulto (e.g., Achenbach, 1991; Achenbach & Edelbrock, 1978; Eisenberg et al., 2001; Liu, 2004; Liu, Chen, & Lewis, 2011). Porém, os comportamentos internalizantes têm sérias implicações para a criança, afetando o seu funcionamento relacional, emocional e o desempenho escolar, e conduzindo mesmo a risco de suicídio (ver Liu et al., 2011). Crianças com problemas de comportamento internalizantes têm maior probabilidade de se tornarem adultos com patologia depressiva e ansiosa (APA, 1994, citado por Liu, 2004).

A dicotomia externalizante-externo/internalizante-interno não é perfeita e tem subjacente uma certa complexidade, dada a comorbilidade significativa existente entre problemas de comportamento externalizantes e internalizantes – por exemplo: os problemas internalizantes de uma criança podem ter um impacto adverso sobre os outros (e.g., pais e irmãos ou colegas e professores) enquanto os problemas externalizantes podem desencadear sofrimento psicológico na criança (e.g., crianças com depressão podem apresentar também problemas de conduta e crianças agressivas podem sentir ansiedade) (e.g., Liu, 2004; Liu et al., 2011). De acordo com Lee e Bukowski (2012), a literatura é inconsistente no que respeita à relação entre comportamentos internalizantes e externalizantes, sendo possível que os problemas de internalização originem problemas de exteriorização, ou vice-versa, e até, estarem ambos presentes, existindo um reforço recíproco que leva ao seu aumento mútuo. Porém, mesmo coocorrendo frequentemente, os problemas de externalização e de internalização em crianças são problemas comportamentais distintos, que diferem, como acima

descrito, em relação ao tipo de emoção e regulação que os caracteriza (e.g., Eisenber et al., 2001; Lee & Bukowski, 2012; Liu, 2004).

De mencionar ainda que Davies e Windle (2001, citado por Lee & Bukowski, 2012) referem que a exposição a atos de violência doméstica entre os pais e o maltrato à criança implicam um maior risco de desenvolvimento de problemas de internalização e de externalização na infância. Porém, as causas subjacentes a destes problemas continuam a ser estudadas, sabendo-se que dependem da interação de uma série de características etiológicas, genéticas e sociais (Liu, 2004).

1.4.2 Relação com Características da Criança e do Contexto Familiar

Neste ponto far-se-á menção à relação do comportamento com outras características da criança, designadamente o sexo e a idade, e com a variável familiar número de filhos/irmãos, pela sua relevância no âmbito deste estudo, fazendo-se ainda referência à coabitação.

Tem sido encontrada uma maior prevalência de comportamentos de tipo internalizante em raparigas (especialmente entre os 12 e os 16 anos) e de tipo externalizante em rapazes (entre os 6 e os 11 anos) (e.g., Liu, 2004; Liu et al., 2011; Rescorla et al., 2007), embora não haja total concordância na literatura. Num estudo longitudinal, realizado por Keiley, Bates, Dodge, e Pettit (2000), que acompanhou crianças desde o jardim de infância até ao sétimo ano de escolaridade, concluiu-se que os níveis iniciais de comportamentos externalizantes são superiores nos rapazes, não obstante irem diminuindo ao longo do tempo, o que coincide com a tendência antes apontada na literatura sobre as diferenças de género relativamente a comportamentos externalizantes e internalizantes.

No mesmo sentido, López-Soler et al. (2009) verificaram que, em crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 12 anos, em média são encaminhadas para consulta psicológica por indicadores psicopatológicos externalizantes duas vezes mais rapazes do que de raparigas. Leve et al. (2005, citado por Lee & Bukowski, 2012), por sua vez, referem que, com a idade, há um aumento significativo de comportamentos internalizantes, especialmente nas raparigas, e uma diminuição para ambos os sexos no que diz respeito aos comportamentos externalizantes, o que é concordante com os resultados do estudo de McConaughy, Stanger, e Achenbach (1992).

Relativamente ao número de filhos/irmãos, os resultados são inconsistentes. Wei et al. (2016), numa revisão de literatura, identificaram estudos que relatam que as crianças sem irmãos são mais egocêntricas e apresentam pior ajustamento do que as que têm irmãos, porém também destacaram outros estudos em que não se encontram diferenças significativas entre

filhos únicos e aqueles que têm irmãos, nos domínios do ajustamento e sociabilidade. Nesta mesma linha, num estudo de Tao (1998) não se obtiveram diferenças significativas entre crianças com e sem irmãos no que diz respeito à frequência de problemas de comportamento. Num outro estudo (Eamon & Zuehl, 2001) verificou-se que as mães com mais filhos recorrem mais frequentemente a punição física, o que, por sua vez, se associa com um risco aumentado de problemas socioemocionais na criança (internalizantes e externalizantes). Riggio (1999), por sua vez, realça uma ideia tradicional segundo a qual indivíduos que crescem sem irmãos são “solitários” e têm pior ajustamento do que indivíduos criados numa família com várias crianças. No estudo do autor, com adultos, confirma-se esta tendência, verificando-se que adultos que tinham crescido sem irmãos reportavam um nível mais alto de ansiedade, mau humor, depressividade e instabilidade geral a nível emocional, comparativamente com outros adultos que tinham crescido com irmãos.

Por último, refira-se que Sarkadi et al. (2008) reportaram que coabitar com a mãe e um parceiro masculino (seja pai biológico ou não) se associa com menos problemas de comportamento externalizantes na criança.

1.5 Relação entre Envolvimento Paterno e Comportamento da Criança

Diversos autores apontam que o impacto do papel do pai, nomeadamente do seu envolvimento, no funcionamento da criança, em especial a nível comportamental, continua a carecer de estudo (e.g., Kroll et al., 2016; Wilson & Prior, 2011).

Apesar disso, na literatura identifica-se que a figura paterna contribui para o bem-estar e desenvolvimento saudável dos filhos, afetando positivamente o seu funcionamento socio-emocional, comportamental e cognitivo (e.g., Sarkadi et al., 2008; Tamis-LeMonda & Cabrera, 1999). Sarkadi et al. (2008) publicaram uma revisão de literatura sobre os efeitos do envolvimento paterno no comportamento da criança, salientando-se que 22 estudos, de um total de 24, descreviam efeitos positivos para a criança deste envolvimento, ainda que em alguns dos estudos tivessem sido identificadas limitações metodológicas.

Os resultados de estudos longitudinais reforçam a importância deste envolvimento. Por exemplo, Ramchandani et al. (2013), num estudo com bebés, verificaram que a qualidade da interação precoce do pai com a criança (aos 3 meses) era um importante preditor do desenvolvimento posterior de problemas de comportamento (com um ano). Também Aldous e Mulligan (2002), num estudo longitudinal com dois momentos de avaliação – quando as crianças tinham idade pré-escolar e 5 anos depois (follow-up) - concluíram que o menor

envolvimento do pai com a criança quando ela tinha idade pré-escolar aumentava a probabilidade de desenvolver problemas de comportamento mais tarde (idade escolar).

Na mesma linha, alguns estudos sugerem que o envolvimento paterno de qualidade poderá constituir um fator de proteção relativamente aos problemas de comportamento na criança (e.g., Amato & Rivera, 1999; Kroll et al., 2016), especialmente no que diz respeito a comportamentos externalizantes (e.g., Flouri, Midouhas, & Narayanan, 2016; Leon, Bai, & Fuller, 2016), verificando-se mesmo que a qualidade do envolvimento, mais do que a frequência ou a partilha de rotinas de cuidado, se associam com o menor risco de problemas de comportamento (Kroll et al., 2016). Também na revisão de literatura de Santis e Barham (2017) se destaca uma relação negativa entre a qualidade do envolvimento paterno e a ocorrência ou frequência de dificuldades por parte dos filhos, em particular comportamentos externalizantes e comportamentos internalizantes, entre outros. Acresce que quer as práticas parentais inadequadas, quer a ausência da figura paterna podem contribuir para o desenvolvimento e manutenção de problemas de comportamento nos filhos (e.g., Cia et al., 2005; Lee & Bukowski, 2012).

O envolvimento paterno pode também influenciar o funcionamento cognitivo das crianças (Cano, Perales, & Baxter, 2019) e o seu desempenho escolar, verificando-se, neste caso, que quanto maior a frequência da interação entre o pai e os filhos, e da participação nas atividades escolares, culturais e de lazer das crianças, melhor é o desempenho académico destas (e.g., Cia, Pamplin, & Williams, 2008; Sarkadi et al., 2008).

Wilson e Prior (2011) obtiveram resultados indicativos de que níveis elevados de envolvimento paterno se associam com efeitos positivos, e altamente desejáveis, tanto para as crianças (e.g., maior responsabilidade social, autocontrolo, autoestima, maior capacidade empática, níveis mais altos de competência cognitiva e social, menor dificuldade de adaptação escolar e melhor desempenho académico) como para a família (e.g., relação pai-criança mais forte e próxima, interação pró-social entre irmãos, satisfação conjugal e perceção de competência parental), fortalecendo a ideia de que não só o desenvolvimento infantil é influenciado pela qualidade, e quantidade, de envolvimento do pai, como também o são as relações na família.

Quando se estuda a relação entre o envolvimento paterno e o comportamento da criança há que ter presente, como se referiu, que o relacionamento pai-criança é bidirecional: o envolvimento do pai será afetado pelas características da criança, e as respostas e comportamento desta serão afetados pelas características e comportamento do pai. O envolvimento paterno é também influenciado pela própria avaliação que os pais fazem do

comportamento dos filhos. Assim, por exemplo, o temperamento de uma criança percebido como difícil pode afetar o envolvimento do pai, ao passo que a percepção do temperamento como menos difícil pode levar o pai a investir mais tempo na relação com a criança, devido à sensação positiva consequente à interação (Flouri & Buchanan, 2003b). Também Leve, Scaramella, e Fagot (2001, citado por Flouri & Buchanan, 2003b) encontraram uma associação negativa entre o temperamento difícil da criança e a percepção de satisfação parental e de autoeficácia do pai. Todavia, alguns estudos apresentaram resultados discordantes como é o caso de um estudo de Flouri et al. (2016) em que se verificou que quando as crianças exibem mais comportamentos problemáticos (e.g., hiperatividade e problemas de conduta) há um maior envolvimento por parte dos pais.

O sexo da criança poderá ser uma variável relevante já que o maior envolvimento do pai se associa com menos problemas de comportamento nos filhos rapazes em idade escolar (e.g., Aldous & Mulligan, 2002; Sarkadi et al., 2008; Wilson & Prior, 2011). Também os resultados obtidos num estudo longitudinal realizado por Vaden-Kiernan, Ialongo, Pearson, e Kellam (1995), com crianças em idade escolar, mostraram que os rapazes em famílias biparentais heterossexuais eram menos frequentemente apontados pelos professores como agressivos do que os rapazes em famílias monoparentais femininas. Segundo os autores, tal dever-se-á ao facto de as famílias com dois adultos poderem proporcionar um contexto mais protetor para a criança, contudo, poder-se-á acrescentar que a presença do pai, e em particular um envolvimento de qualidade, terá um efeito positivo no comportamento (agressivo) de rapazes.

Num outro estudo, longitudinal (Kroll et al., 2016), que avalia a criança em três momentos - 9 meses a 3 anos, 3 a 5 anos e 5 a 7 anos – demonstrou-se igualmente que a qualidade da paternidade é importante para o comportamento da criança, verificando-se que as crenças paternas positivas aos 9 meses e o aumento da frequência do brincar criativo aos 5 anos se relacionavam com um menor risco de problemas de comportamento subsequentes, tanto para rapazes como para raparigas.

Na sua globalidade, a revisão de literatura apresentada sugere a relevância do pai na vida dos filhos, em particular a sua importância para o desenvolvimento destes, seja de forma indireta (e.g., provedor financeiro) ou direta (e.g., cuidados prestados). Além disso, uma maior e melhor interação e proximidade na relação pai-criança aumenta a satisfação do pai com o seu papel, o que tem um efeito positivo na dinâmica familiar (e.g., Cia et al., 2005). Contudo, dada a difícil operacionalização do conceito de envolvimento paterno, ainda não são totalmente claros os processos através dos quais ele se relaciona com o desenvolvimento da criança em

diferentes domínios (Cano et al., 2019). Em particular, a relação do envolvimento paterno com as dificuldades comportamentais da criança continua a carecer de estudo, também pelas implicações daqui decorrentes para a intervenção (por exemplo, em termos do papel do pai no desenvolvimento e melhoria destas dificuldades), embora tenha havido um reconhecimento crescente da importância de se focar o pai e a interação com a criança na investigação neste domínio (Wilson & Prior, 2011). Adicionalmente, este estudo incide num conjunto de variáveis relacionais (proximidade na relação com a criança) e familiares (ser ou não cuidador da criança e número de filhos), para além do sexo e idade da criança, que continuam a carecer de estudo na sua relação com o envolvimento paterno e sobretudo com o comportamento da criança, pretendendo-se agora contribuir também para um melhor entendimento do seu papel. Este estudo pretende, assim, dar um contributo para a investigação que relaciona o envolvimento paterno com o comportamento da criança, e contribuir, de forma mais geral, para aumentar o conhecimento no âmbito do envolvimento paterno, designadamente em Portugal.

2. Objetivos e Hipóteses

Neste estudo, que integra uma amostra de pais (homens) de crianças em idade escolar, foram definidos três objetivos, descritos a seguir, apresentando-se também as hipóteses correspondentes.

Objetivo 1: Analisar a relação entre o envolvimento paterno e a percepção do comportamento da criança.

Hipótese 1: Espera-se que níveis mais elevados de envolvimento paterno (pelo menos num dos domínios/subescalas) se associem com a percepção de níveis mais baixos de problemas de comportamento na criança (pelo menos de tipo externalizante).

Objetivo 2: Analisar se há variações no envolvimento paterno e na percepção do comportamento da criança em função de variáveis da criança (sexo e idade).

Hipótese 2: Prevê-se que os pais dos rapazes reportem níveis mais elevados de envolvimento, pelo menos num dos domínios (H2a), e mais problemas de comportamento externalizante na criança, e que os pais das raparigas refiram níveis mais altos de comportamentos internalizantes (H2b).

Hipótese 3: Estima-se que os pais com filhos mais novos refiram níveis mais elevados de envolvimento pelo menos num domínio (H3a) e que os pais com filhos mais velhos reportem níveis mais baixos de problemas de comportamento externalizante (H3b).

Objetivo 3: Averiguar se existem variações no envolvimento paterno e na percepção do comportamento da criança em função de variáveis relacionais (proximidade na relação com a criança) e familiares (ser cuidador da criança e número de filhos)

Hipótese 4: Prevê-se que os pais que identificam uma maior proximidade na relação com a criança reportem níveis mais elevados de envolvimento paterno, pelo menos num dos domínios (H4a), e níveis mais baixos de problemas de comportamento (H4b), sem se acrescentar neste caso uma maior especificação dada a insuficiência de literatura neste domínio.

Hipótese 5: Espera-se que os pais que são cuidadores da criança (ainda que em conjunto com a mãe) refiram níveis mais elevados de envolvimento paterno (comparativamente com os que não são cuidadores), pelo menos num dos domínios (H5a), e que haja também variações na percepção do comportamento da criança em função de o pai ser ou não cuidador (H5b) (esta última hipótese é exploratória e geral, dada a ausência de estudos neste domínio).

Hipótese 6: Estima-se que os pais que têm mais filhos, comparativamente com os que têm menos, refiram níveis mais baixos de envolvimento, pelo menos num dos domínios (H6a), e que ocorram variações na percepção do comportamento da criança em função do número de filhos (H6b), sem se colocar, neste caso, uma hipótese mais específica dada a insuficiência de estudos que foquem a percepção parental do comportamento da criança (associada à variável número de filhos) e a inconsistência da literatura quando está em causa a percepção da própria criança.

3. Método

3.1 Participantes

Neste estudo participaram 113 indivíduos do sexo masculino, todos casados ou a viver em união de facto, e com pelo menos um/a filho/a.

A idade dos participantes situava-se entre os 28 e os 65 anos, sendo a média 42.73 anos ($DP = 5.58$). Relativamente ao grupo étnico, 108 indivíduos (97.3%) eram caucasianos, tendo havido três respostas para a opção “outro” (2.7%), mas sem especificação étnica associada, e duas respostas omissas.

Quanto ao nível de instrução, 86 pais tinham formação ao nível de ensino superior (76.1%), 11 concluíram o Ensino Técnico-Profissional (9.7%) e 13 o Ensino Secundário (11.5%), tendo três finalizado o 3º Ciclo (2.7%). Aquando da recolha dos dados, 111 pais estavam empregados (98.2%) e dois desempregados (1.8%).

Relativamente ao tipo de família, 109 integravam uma família nuclear (98.2%) e dois uma família nuclear alargada (1.8%), havendo dois pais com respostas omissas. No que respeita ao número de filhos dos participantes, ele variava entre 1 e 4 ($M = 2.01$; $DP = .66$); a maioria, 78 pais, tinha dois filhos (69.6%), 19 tinham apenas um filho (17%), 10 tinham três filhos (8.9%) e cinco tinham quatro filhos (4.5%), sendo que um pai não reportou informação.

A maioria dos participantes considerou que ambos os pais eram os cuidadores principais da criança (79 - 70.5%); 32 referiram que era apenas a mãe (28.6%) e um mencionou que somente o pai cumpria este papel (.9%), existindo uma resposta omissa para esta variável.

As crianças-alvo eram, na sua maioria, do sexo feminino (76 - 67.3%), sendo pouco menos de um terço do sexo masculino (37 - 32.7%). A sua idade situava-se entre os 6 e os 12 anos, com uma idade média de, aproximadamente, 8 anos ($M = 8.15$, $DP = 1.59$).

Em termos de escolaridade, a maioria das crianças (85.4%) frequentava o 1º Ciclo (22 o 1º ano - 20%; 25 o 2º ano - 22.7%; 25 o 3º ano - 22.7%; 22 o 4º ano - 20%) e uma pequena percentagem (14.6%) o 2º Ciclo (7 o 5º ano - 6.4%; 9 o 6º ano - 8.2%); em três casos houve respostas omissas relativamente à escolaridade.

Quanto à classificação do grau de proximidade do pai na relação com a criança-alvo, as respostas foram todas no sentido positivo, distribuindo-se apenas por três das cinco categorias possíveis (de “nada próximo” a “muitíssimo próximo”). De facto, a maioria dos pais, 81 participantes (71.7%), considerou que se sente “muitíssimo próximo” na relação com a criança, pouco mais de um quarto (31 pais - 27.4%) referiu estar “muito próximo” e apenas um pai (.9%) mencionou sentir-se “razoavelmente próximo” na relação com a criança.

3.2 Instrumentos

3.2.1 Escala de Envolvimento Paterno (EEP)

Na presente investigação utilizou-se a Escala de Envolvimento Paterno (EEP), desenvolvida por Simões, Leal, e Maroco (2010a). Construída com vista a analisar o envolvimento paterno, esta escala avalia a percepção do pai acerca da frequência com que ocorrem situações específicas no dia-a-dia da família, e em particular a frequência com que realiza tarefas dedicadas à criança.

A EEP é composta por 20 itens, 19 dos quais com uma escala de resposta de tipo *Likert* de 5 níveis. Estes níveis de resposta são operacionalizados de diferentes formas: de “*Sempre*” a “*Nunca*”: Itens 1 a 17; de “*Sempre o pai*” a “*Sempre a mãe*”: Item 18; de “*Muito envolvido*” a “*Nada envolvido*”: Item 19 (Simões et al., 2010a). A EEP faculta resultados para quatro subescalas: Cuidados (e.g., Item 1 - inquirere sobre a frequência com que o pai alimenta a criança), Disponibilidade (e.g., Item 9 - inquirere sobre a frequência com que o pai está fora de casa dias seguidos), Presença (e.g., Item 14 - inquirere sobre a frequência com que o pai está presente durante a semana nos pequenos-almoços com a criança e restante família) e Disciplina (e.g., Item 2 - inquirere sobre a frequência com que o pai castiga a criança). O instrumento permite obter também um resultado global (resultante da soma das quatro subescalas), que não vai ser analisado neste estudo. Resultados mais elevados indicam uma maior frequência de determinado comportamento paterno, correspondendo, assim, a níveis mais altos de envolvimento paterno na dimensão específica (Simões et al., 2010a).

A estes 19 itens junta-se ainda uma última questão, que é respondida em termos de percentagem, com vista a comparar a percepção de envolvimento relativamente a diferentes figuras cuidadoras (o próprio pai, o cônjuge, outros familiares e os professores), tendo uma classificação independente (Simões et al., 2010a). Este item não será alvo de análise neste estudo.

O instrumento possui uma boa consistência interna em termos do resultado global, apresentando um alfa de Cronbach de .85. Os valores do alfa são igualmente bons no que diz respeito às subescalas Cuidados e Disponibilidade (respetivamente .75 e .85), sendo mais baixos para as subescalas Presença e Disciplina (.64 em ambos os casos), embora aceitáveis (Simões et al., 2010a).

3.2.2 Questionário de Capacidades e Dificuldades (SDQ)

O Questionário de Capacidades e Dificuldades (SDQ) constitui a versão portuguesa do *Strengths and Difficulties Questionnaire* (SDQ), desenvolvido por Goodman (1997), e é um instrumento de rastreio comportamental para crianças e adolescentes dos 2 aos 17 anos de idade, com versões para pais, professores e adolescentes. No presente estudo foi utilizada a versão portuguesa para pais de crianças dos 4 aos 16 anos, traduzida e adaptada para a população portuguesa por Fleitlich, Loureiro, Fonseca, e Gaspar (2005) (ver também Marzocchi et al., 2004).

O instrumento é constituído por 25 itens, com uma escala de resposta de 3 pontos (“*não é verdade*”, “*é um pouco verdade*” e “*é muito verdade*”), permitindo obter informação relativamente aos problemas da criança/adolescente e aos seus atributos. O questionário faculta um resultado total e resultados para cinco subescalas (com cinco itens cada): (1) Sintomas Emocionais (e.g., Item 3 - “*Queixa-se frequentemente de dores de cabeça, dores de barriga ou vômitos*”), (2) Problemas de Comportamento (e.g., Item 5 - “*Enerva-se muito facilmente e faz muitas birras*”), (3) Hiperatividade (e.g., Item 2 - “*É irrequieto/a, muito mexido/a, nunca para quieto/a*”), (4) Problemas de Relacionamento com os Colegas (e.g., Item 6 - “*Tem tendência a isolar-se, gosta mais de brincar sozinho/a*”), (5) Comportamento Pró-social (e.g., Item 1 - “*É sensível aos sentimentos dos outros*”) (e.g., Fleitlich et al., 2005).

Face a amostras da população geral não clínica ou de baixo risco, tem sido sugerida a utilização do SDQ com base em três dimensões: Problemas Internalizantes (Subescalas Sintomas Emocionais e Problemas de Relacionamento com os Colegas; 10 itens), Problemas Externalizantes (Subescalas Problemas de Comportamento e Hiperatividade; 10 itens) e Pró-social (5 itens) (Goodman, Lamping, & Ploubidis, 2010). No presente estudo adotou-se esta nomenclatura e procedimento, contudo, tendo em conta os objetivos do estudo, incluiu-se apenas a análise para as dimensões Problemas Internalizantes e Problemas Externalizantes. Foram também analisadas as questões incluídas na segunda parte do SDQ, que avaliam aspetos que remetem para as dificuldades da criança, sua duração, impacto que causam na vida do dia a dia da criança (em diferentes áreas) e sobrecarga para a figura parental/família. Estas questões têm associadas escalas de resposta de quatro pontos (e.g., de “nada” a “muitíssimo”; de “menos de 1 mês” a “mais de 1 ano”) e a sua análise é independente da dos restantes itens.

As propriedades psicométricas e a estrutura fatorial do SDQ (25 itens) têm sido satisfatoriamente replicadas em vários países, incluindo Portugal, o que contribui para a evidência de validade e fidelidade do instrumento (Becker, Woerner, Hasselhorn, Banaschewski, & Rotherberger, 2004; Marzocchi et al., 2004).

3.2.3 Questionário Demográfico e Psicossocial

Os pais responderam a um Questionário Demográfico e Psicossocial desenvolvido por Santos e Barrocas (2017), que foi construído no âmbito de uma investigação em curso, mais alargada, dirigida para o stress parental, em que este estudo se insere. O referido questionário permite obter informação relativamente à figura paterna (e.g., idade, nível de escolaridade, situação laboral, estado civil) e à criança-alvo (e.g., sexo, idade, escolaridade). Além de informação sociodemográfica, o questionário permite obter também informação de natureza familiar e relacional. Neste âmbito, no presente estudo, adicionalmente ao número de filhos foram utilizadas duas questões, uma que inquiria sobre quem é o cuidador principal da criança e outra dirigida para a proximidade na relação com a criança, esta com uma escala de resposta de 5 pontos de “nada próximo” a “muitíssimo próximo” (a cotação varia de 1 a 5, de tal forma que respostas no sentido mais favorável são classificadas com uma pontuação mais alta).

3.3 Procedimento

O presente estudo insere-se, como referido previamente, numa investigação mais alargada que incide no stress parental, coordenada pela Prof.^a Doutora Salomé Vieira Santos, docente da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa.

Uma parte da amostra foi recolhida na escola básica Conde de Ferreira em Oeiras, após a obtenção da devida autorização. Os protocolos foram entregues na escola e, através da responsável pela sua distribuição no local (de acordo com as diretrizes da instituição), eles foram distribuídos às crianças das diversas turmas que, por sua vez, os entregavam aos pais. Foi pedida a devolução dos mesmos num prazo de 15 dias, independentemente de estarem ou não preenchidos. Uma outra parte da amostra foi recolhida através do método “bola de neve”.

Os participantes tinham de ser pais de crianças com idades entre os 6 e os 12 anos, que coabitassem com a criança pelo menos duas semanas por mês (no caso de estarem divorciados) e com residência em Portugal (critérios de inclusão). A participação era anónima e voluntária. Foi disponibilizado um documento com a apresentação do estudo (e.g., objetivos, procedimentos para a participação) e os pais que acederam a participar preencheram o protocolo de investigação (com os diversos instrumentos e correspondentes instruções), tendo assinado ainda um termo de consentimento informado onde subscreviam a sua anuência em participar.

3.4 Procedimentos Estatísticos

A análise dos dados foi feita com recurso ao programa IBM SPSS Statistics (v.26, SPSS Inc., Chicago, IL).

Utilizou-se estatística descritiva, procedendo-se ao cálculo de médias, desvios-padrão, valores mínimos e máximos, e de frequências e percentagens.

Para a comparação de grupos foi utilizada estatística paramétrica, designadamente o *t* de Student para a comparação de dois grupos (independentes), bem como estatística não-paramétrica, neste caso quando não estavam cumpridos os pressupostos para a utilização de estatística paramétrica, em particular o teste Kruskal-Wallis para a comparação de 3 grupos.

Utilizou-se também o coeficiente de correlação de Pearson, para testar a relação linear entre duas variáveis métricas, e o coeficiente de Spearman, para o estudo correlacional entre variáveis contínuas e variáveis ordinais.

Tendo em conta a dimensão reduzida de alguns grupos, consideraram-se como resultados marginalmente significativos aqueles que correspondam a um valor de *p* entre .05 e .09.

4. Resultados

Neste ponto apresentam-se os resultados obtidos no presente estudo, estando a sua exposição organizada de acordo com os objetivos definidos. Assim, começa por se apresentar a análise correlacional entre as variáveis principais do estudo (4.1) – envolvimento paterno (Cuidados, Disponibilidade, Presença e Disciplina), avaliado com a EEP, e percepção do comportamento da criança (Comportamento Externalizante e Comportamento Internalizante), avaliada com o SDQ -, seguindo-se os resultados decorrentes da análise de ambas em função de variáveis da criança – sexo e idade (4.2) – e de variáveis relacionais e familiares - proximidade na relação com a criança, ser cuidador desta e número de filhos (4.3).

4.1 Análise das Correlações entre o Envolvimento Paterno e o Comportamento da Criança

Os resultados obtidos relativamente à correlação do envolvimento paterno com o comportamento da criança são apresentados no Quadro 1.

Quadro 1

Correlação do Envolvimento Paterno com o Comportamento da Criança

	Envolvimento Paterno			
	Cuidados	Disponibilidade	Presença	Disciplina
Comportamento da Criança				
Comportamento Externalizante	.08	.10	.10	.18†
Comportamento Internalizante	.12	-.03	.21*	.12

* $p < .05$, † $p = .059$

Constata-se que ocorre uma correlação estatisticamente significativa (positiva) entre a subescala Presença (envolvimento paterno) e a variável Comportamento Internalizante, bem como uma correlação marginalmente significativa (positiva) entre a subescala Disciplina (envolvimento paterno) e a variável Comportamento Externalizante. Com um intuito meramente exploratório, procedeu-se ainda à análise correlacional do envolvimento paterno com as respostas às questões que compõem a segunda parte do SDQ, as quais remetem para a percepção parental de dificuldades da criança, sua duração e impacto em diferentes áreas. Antes, porém, apresentam-se as frequências de resposta para cada uma destas questões (Quadro 2).

Quadro 2*Dificuldades da Criança em Diferentes Áreas – Frequências e Percentagens*

Dificuldades ¹				
	Não	Dificuldades Pequenas	Dificuldades Grandes	Dificuldades Muito Grandes
<i>n</i> = 113	70 (61.9)	40 (35.4)	3 (2.7)	-
Duração das Dificuldades				
	< 1 Mês	1-5 Meses	6-12Meses	>1 ano
<i>n</i> = 43	1 (2.3)	3 (7)	2 (4.7)	37 (86)
Incómodo/Sofrimento das Dificuldades na Criança				
	Nada	Pouco	Muito	Muitíssimo
<i>n</i> = 42	15 (35.7)	21 (50)	6 (14.3)	-
Perturbação das Dificuldades no Dia a Dia da Criança - Áreas				
Casa				
	Nada	Pouco	Muito	Muitíssimo
<i>n</i> = 42	21 (50)	20 (47.6)	1 (2.4)	-
Amigos				
	Nada	Pouco	Muito	Muitíssimo
<i>n</i> = 42	18 (42.9)	21 (50)	3 (7.1)	-
Escola (Aprendizagem)				
	Nada	Pouco	Muito	Muitíssimo
<i>n</i> = 43	14 (32.6)	22 (51.2)	5 (11.6)	2 (4.7)
Brincadeiras/Tempos Livres				
	Nada	Pouco	Muito	Muitíssimo
<i>n</i> = 42	24 (57.1)	15 (35.7)	3 (7.1)	-
Sobrecarga das Dificuldades (Pai)				
	Nada	Pouco	Muito	Muitíssimo
<i>n</i> = 43	19 (44.2)	18 (41.9)	6 (14)	-

Nota. ¹Dificuldades em várias áreas (emoções, concentração, comportamento, relação com outras pessoas)

A leitura do Quadro 2 mostra que a maioria dos pais não identifica na criança as dificuldades elencadas no SDQ (61.9%), havendo, no entanto, 38.1% de pais que as identificam. Contudo, a quase totalidade destes pais classifica estas dificuldades como “pequenas”. Entre os pais que referem dificuldades, a maioria (86%) reporta que elas existem há mais de um ano e que causam pouco ou nenhum incómodo à criança, mencionando 14.3% que elas suscitam muito incómodo/sofrimento. No que diz respeito ao grau de perturbação que as dificuldades provocam no dia a dia da criança, em diferentes áreas, salienta-se que as áreas mais e menos frequentemente identificadas são a aprendizagem na escola (16.3% dos pais reportam uma interferência importante e cerca de metade um impacto reduzido) e a que remete para perturbação nas brincadeiras/tempos livres (com 57.1% dos pais a indicar que não interfere nada), respetivamente. De notar ainda que o impacto em casa é apontado por quase metade dos pais (49%), ainda que ele pareça ser baixo na generalidade dos casos (47.6% escolhem a categoria “pouco”), e que uma percentagem importante refere que as dificuldades têm também algum impacto na relação com os amigos (57.1%), ainda que, com exceção de três casos, este seja baixo. Por fim, face à potencial sobrecarga das dificuldades para o pai/a família, capta-se que a maioria dos participantes (55.9%) identifica alguma sobrecarga, ainda que ela pareça ser baixa na maior parte destes casos, sendo mais significativa para um número relativamente restrito de pais (14%).

A correlação da perceção do impacto das dificuldades da criança com as subescalas do EEP (Quadro 3), conduziu à obtenção de duas correlações significativas (negativas) entre a subescala Cuidados e a perturbação gerada pelas dificuldades em Casa e na Escola (Aprendizagem), obtendo-se ainda uma correlação marginalmente significativa (negativa) entre a subescala Presença e o impacto das dificuldades nas Brincadeiras/Tempos Livres.

Por fim, e mais uma vez com uma intenção exploratória, procedeu-se à análise da intercorrelação das variáveis referentes à perceção de dificuldades e seu impacto na criança (SDQ). Os resultados são apresentados no Quadro 4.

Quadro 3

Correlação do Envolvimento Paterno com a Percepção do Impacto das Dificuldades da Criança

Dificuldades	Envolvimento Paterno			
	Cuidados	Disponibilidade	Presença	Disciplina
Duração	-.01	-.17	-.08	-.08
Incómodo/Sufrimento (Criança)	-.09	.24	-.04	-.07
Perturbação no Dia a Dia (Criança)				
Casa	-.34*	-.20	.06	.09
Amigos	.00.	.17	-.25	.13
Escola (Aprendizagem)	-.32*	-.16	.17	-.10
Brincadeiras/Tempos Livres	.01	-.11	-.28†	.17
Sobrecarga (Pai)	-.21	.18	.04	-.07

* $p < .05$, † $p = .074$

Quadro 4

Intercorrelação das Variáveis relativas às Dificuldades da Criança e seu Impacto

	1	2	3	4	5	6	7	8
1. Dificuldades		.11	.37*	.35*	.03	.44**	.18	.25
2. Duração			-.00	.15	-.10	.30†	-.02	-.08
3. Incómodo/Sufrimento (Criança)				.38*	.40**	.27††	.45**	.47**
Perturbação no Dia a Dia (Criança)								
4. Casa					.34*	.40**	.17	.61***
5. Amigos						-.01	.70***	.22
6. Escola (Aprendizagem)							-.02	.61***
7. Brincadeiras/Tempos Livres								.12
8. Sobrecarga (Pai)								

* $p < .05$, ** $p \leq .01$, *** $p \leq .001$ † $p = .053$, †† $p = .079$

No Quadro 4 observam-se várias correlações significativas, todas elas positivas. Especificamente, a variável Dificuldades correlaciona-se com as variáveis Incómodo/Sufrimento e Perturbação no Dia a Dia em Casa e na Escola (Aprendizagem). A variável Incómodo/Sufrimento correlaciona-se com todas as outras, ainda que a correlação com a variável Perturbação no Dia a Dia na Escola seja marginalmente significativa. A Perturbação no Dia a Dia em Casa correlaciona-se com Amigos, com Escola e com a variável Sobrecarga, correlacionando-se ainda a Perturbação no Dia a Dia com os Amigos com a Perturbação no Dia a Dia nas Brincadeiras/Tempos Livres, e a Perturbação no Dia a Dia na Escola com a variável Sobrecarga. Por fim, obtém-se uma correlação marginalmente significativa entre a variável Duração e a Perturbação no Dia a Dia na Escola.

4.2 Análise do Envolvimento Paterno e do Comportamento da Criança em Função de Variáveis da Criança (Sexo e Idade)

Do Quadro 5 constam os resultados relativos à análise do envolvimento paterno e da percepção do comportamento da criança em função do Sexo desta e no Quadro 6 os resultados com base na Idade. Observa-se que não se obtém resultados significativos para o Sexo da criança, sendo as médias próximas no caso dos pais das raparigas e dos rapazes.

Quadro 5

Envolvimento Paterno e Comportamento em Função do Sexo da Criança (Médias, Desvios-Padrão, Valores de t e Valores de p)

		Feminino		Masculino		<i>t</i>	<i>p</i>
		<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>		
Envolvimento Paterno							
Cuidados		22.95	4.00	23.05	3.06	-.16	.876
Disponibilidade		26.80	3.57	25.81	3.54	1.39	.167
Presença		11.00	3.03	10.68	2.77	.55	.584
Disciplina		8.66	1.31	8.68	1.78	-.06	.952
Comportamento da Criança							
Comportamento Externalizante		4.28	2.76	4.59	2.39	-.60	.549
Comportamento Internalizante		2.88	2.06	2.95	2.23	-.15	.881

$n_{\text{Feminino}}=76$, $n_{\text{Masculino}}=37$

Relativamente à idade, foram constituídos dois grupos, tendo por base a mediana (8 anos): pais de crianças com idades na mediana ou abaixo desta (≤ 8 anos) e pais de crianças com idades acima da mediana (> 8 anos). No Quadro 6 apresentam-se os resultados referentes a esta variável.

Face ao envolvimento paterno, obtêm-se dois resultados significativos, para as subescalas Cuidados e Disciplina, tendo os pais das crianças mais novas uma média superior em ambos os casos. Não ocorrem diferenças significativas entre os pais de ambos os grupos relativamente ao comportamento da criança, sendo as médias muito próximas, ainda que ligeiramente mais baixas no grupo de pais de crianças mais velhas.

Quadro 6

Envolvimento Paterno e Comportamento em Função da Idade da Criança (Médias, Desvios-Padrão, Valores de t e Valores de p)

		≤ 8 anos		> 8 anos		t	p
		M	DP	M	DP		
Envolvimento Paterno							
	Cuidados	23.71	3.44	21.96	3.86	2.54	.012
	Disponibilidade	26.41	3.49	26.57	3.73	-.24	.810
	Presença	10.77	3.09	11.06	2.73	-.52	.606
	Disciplina	8.94	1.36	8.28	1.56	2.41	.018
Comportamento da Criança							
	Comportamento Externalizante	4.48	2.40	4.23	2.95	.50	.620
	Comportamento Internalizante	2.94	2.32	2.85	1.85	.22	.829

$n_{\leq 8 \text{ anos}} = 66$, $n_{>8 \text{ anos}} = 47$

4.3 Análise do Envolvimento Paterno e do Comportamento da Criança em Função de Variáveis Relacionais (Proximidade na Relação com a Criança) e Familiares (Ser Cuidador da Criança e Número de Filhos)

4.3.1 Variáveis Relacionais

Para a análise do envolvimento paterno e do comportamento da criança em função da proximidade na relação com a criança, foi utilizada, conforme se referiu no ponto 3.2.3, uma questão do Questionário Demográfico e Psicossocial que avalia esta última variável, tendo uma

escala de resposta de 5 pontos de “nada próximo” a “muitíssimo próximo”. Obteve-se uma variabilidade muito reduzida das respostas, as quais recaíram predominantemente na categoria “muito próximo” (31 respostas – 27.4%) e “muitíssimo próximo” (81 respostas – 71.7%); apenas um participante escolheu a categoria “razoavelmente próximo” (.9%). Apesar da limitação dos dados, explorou-se se haveria diferenças entre os grupos “muito” e “muitíssimo” próximo (excluindo-se, portanto, a resposta relativa à categoria intermédia). Os resultados obtidos são apresentados no Quadro 7.

Quadro 7

Envolvimento Paterno e Comportamento da Criança em Função da Proximidade na Relação com a Criança (Médias, Desvios-Padrão, Valores de t e Valores de p)

	Muito		Muitíssimo			
	Próximo		Próximo			
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>t</i>	<i>p</i>
Envolvimento Paterno						
Cuidados	21.77	3.78	23.54	3.49	-2.35	.021
Disponibilidade	26.13	4.11	26.63	3.39	-.66	.511
Presença	10.71	2.74	10.99	3.04	-.46	.657
Disciplina	8.84	1.32	8.62	1.53	.71	.479
Comportamento da Criança						
Comportamento Externalizante	3.77	3.26	4.58	2.33	-1.46	.148
Comportamento Internalizante	2.90	2.20	2.91	2.13	-.02	.982

$n_{\text{Muito Próximo}}=31$, $n_{\text{Muitíssimo Próximo}}=81$

Obtém-se um resultado significativo para a subescala Cuidados (envolvimento paterno). Os pais que se classificam como estando “muitíssimo próximo” na relação com a criança, face ao que referem estar “muito próximo”, alcançam uma média significativamente mais elevada nesta subescala. Mais uma vez não se obtêm resultados significativos relativamente ao comportamento.

4.3.2 Variáveis Familiares

No que diz respeito a ser cuidador da criança, e tal como se mencionou no ponto 3.2.3, esta variável foi avaliada a partir de uma questão do Questionário Sociodemográfico e Psicossocial que inquiria sobre quem é o cuidador principal da criança. Recorda-se que as respostas obtidas indicaram que 79 pais (70.5%) referiram que ambas as figuras parentais eram as cuidadoras principais da criança, 32 pais (28.6%) identificaram que tal cabia apenas à mãe, e um pai (.9%) referiu ser ele o cuidador principal da criança. Com base nestas respostas criaram-se dois grupos em função de o pai ser cuidador da criança a par da mãe ou não ser cuidador da criança. No Quadro 8 apresentam-se os resultados decorrentes da comparação destes dois grupos no âmbito das dimensões em estudo.

Quadro 8

Envolvimento Paterno e Comportamento da Criança em Função do Pai ser ou não Cuidador da Criança (Médias, Desvios-Padrão, Valores de t e Valores de p)

	Cuidadores da Criança				<i>t</i>	<i>p</i>
	Ambos os Pais		Mãe			
	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>		
Envolvimento Paterno						
Cuidados	23.66	3.41	21.13	3.88	3.41	.001
Disponibilidade	26.67	2.88	25.94	4.98	0.78	.439
Presença	11.15	2.70	10.31	3.49	1.22	.228
Disciplina	8.86	1.43	8.19	1.49	2.22	.028
Comportamento da Criança						
Comportamento Externalizante	4.41	2.57	4.03	2.62	.69	.491
Comportamento Internalizante	2.96	2.16	2.75	2.14	.47	.640

n Ambos os Pais= 79, *n* Mãe= 32

Obtêm-se resultados significativos para as subescalas Cuidados e Disciplina do envolvimento paterno, tendo o grupo “Ambos os Pais” médias significativamente mais altas do que o grupo “Mãe”. Mais uma vez, não se obtêm diferenças significativas para a perceção do comportamento da criança, sendo as médias um pouco mais altas quando ambas as figuras parentais são cuidadores da criança.

Por fim, no que diz respeito ao Número de Filhos, foram constituídos três grupos: 1- pais com um filho, 2 – pais com 2 filhos, 3 – pais com 3 ou mais filhos. Dada a elevada assimetria da dimensão de um dos grupos em relação aos outros, e tendo em conta que a distribuição se desvia da normal, optou-se por utilizar estatística não paramétrica. No Quadro 9 figuram os resultados correspondentes.

Quadro 9

Envolvimento Paterno e Comportamento da Criança em Função do Número de Filhos (Média das Ordens, Valores de h e Valores de p)

	Média das Ordens			h	p
	1	2	≥ 3		
Envolvimento Paterno					
Cuidados	58.00	58.40	44.70	2.32	.314
Disponibilidade	54.87	55.37	64.47	1.08	.584
Presença	50.68	59.49	48.30	2.26	.323
Disciplina	56.05	58.99	44.13	2.77	.251
Comportamento da Criança					
Comportamento Externalizante	67.05	54.57	53.17	2.48	.290
Comportamento Internalizante	60.66	57.18	47.70	1.48	.477
$n_1=19, n_2=78, n_{>3}=15$					

$n_1=19, n_2=78, n_{\geq 3}=15$

Não se obtiveram diferenças significativas entre os grupos de idade, quer para o envolvimento paterno quer para o comportamento da criança; neste último caso, são mais elevadas as médias das ordens referentes ao grupo “1 filho” e no caso do envolvimento são um pouco mais altas as relativas ao grupo “2 filhos”, com exceção da média da subescala Disponibilidade, superior no grupo “3 ou mais filhos”.

5. Discussão

A presente investigação focalizou o estudo do envolvimento paterno (avaliado com a EEP) e da perceção do pai sobre o comportamento da criança (avaliada com o SDQ), quando esta tem idade escolar, analisando quer a relação entre estas dimensões, a qual carece de estudo, sobretudo em Portugal, quer a sua variação com base noutras variáveis, nomeadamente variáveis da criança, relacionais e familiares. A discussão dos resultados obtidos segue a ordem dos objetivos e hipóteses propostos, descritos no ponto 2.

No que diz respeito à relação entre o envolvimento paterno e a perceção do comportamento da criança (Objetivo 1), os resultados mostraram que os pais que estão mais presentes na vida do dia a dia da criança (subescala Presença) identificaram mais comportamentos internalizantes nos seus filhos, havendo também uma tendência para a identificação de mais comportamentos externalizantes quando o pai está mais frequentemente envolvido na disciplina da criança (subescala Disciplina). Deste modo, a hipótese que previa uma associação entre níveis mais elevados de envolvimento paterno (pelo menos num dos domínios) e a perceção de níveis mais baixos de problemas de comportamento na criança (H1), não foi confirmada.

Estes resultados não são consonantes com os de alguns autores (ver revisão de Santis & Barham, 2017) que destacam uma relação negativa entre a qualidade do envolvimento paterno e os comportamentos externalizantes e internalizantes das crianças. Os resultados obtidos poderão denotar que, na presente amostra, os pais mais envolvidos serão também os mais sensíveis e atentos ao comportamento da criança, podendo acontecer que a maior presença na vida dos filhos seja facilitadora da identificação de comportamentos de tipo internalizante, os quais passam frequentemente despercebidos a muitos pais (bem como a educadores e a professores), geralmente mais centrados e preocupados com os comportamentos de tipo externalizante, que são mais facilmente observáveis e têm um impacto potencialmente maior na relação pais-criança. É também possível que algumas das crianças-alvo da amostra apresentem comportamentos de tipo externalizante (e.g., agressão, desobediência), o que poderia contribuir para o maior recurso dos pais a práticas disciplinares. Nesta linha, as hipóteses explicativas apresentadas para os resultados enquadrar-se-iam de certa forma na literatura que identifica efeitos positivos do envolvimento paterno para a criança, como decorre, por exemplo, da revisão de literatura de Sarkadi et al. (2008). De referir igualmente que não se pode descartar a possibilidade de que, em alguns casos, seja a própria ação parental que contribui para os problemas de comportamento da criança, designadamente se a presença

do pai na vida da criança envolver uma proteção excessiva, com controlo negativo, ou até intrusividade, o que pode gerar, por exemplo, grande ansiedade na criança, além de que a hostilidade parental e as práticas disciplinares coercivas/punitivas podem conduzir também a comportamentos de tipo externalizante. Dado que a amostra estudada não é clínica, é igualmente pertinente colocar a hipótese que os resultados se enquadrariam na tendência observada na literatura (de uma associação negativa entre envolvimento e comportamento) se as crianças-alvo fizessem parte de uma amostra clínica. Por fim, é de relevar que na literatura se tem evidenciado que a qualidade do envolvimento, mais do que a frequência ou a partilha de rotinas de cuidado, se associam com o menor risco de problemas de comportamento na criança (e.g., Kroll et al., 2016; Lamb, 2000, 2010; Monteiro et al., 2017). Ora, uma vez que a medida de envolvimento paterno utilizada neste estudo remete sobretudo para “frequência” (do envolvimento), será lícito colocar a hipótese que os resultados poderiam ser diferentes (e eventualmente mais consonantes com a tendência captada na literatura) se tivesse sido usada uma medida que avaliasse a qualidade do envolvimento. De referir ainda que este estudo foi realizado considerando o pai como único informante, contudo, futuramente seria interessante a exploração da perspectiva de outros informantes e a sua comparação com a do próprio pai.

Ainda no que diz respeito ao comportamento, no âmbito da medida utilizada para o avaliar (SDQ), procedeu-se à análise das respostas dos pais à segunda parte do instrumento, a qual remete para a presença/ausência de dificuldades, sua duração e impacto. Salienta-se que, embora a maioria dos pais não tenha identificado dificuldades, aqueles que o fizeram (43 pais) reportaram, na quase totalidade dos casos, que elas são pequenas e que estão presentes há mais de um ano, causando pouco incómodo/sofrimento para metade dos pais, muito incómodo para um número restrito (14.3%), e nenhum incómodo para cerca de 1/3. Relativamente ao grau de perturbação que as dificuldades provocam no dia a dia da criança, em várias áreas da sua vida, salientou-se a identificação de um maior impacto na aprendizagem escolar (com uma interferência importante em 16.3% das crianças e reduzida em metade dos casos), seguindo-se o impacto na relação com os amigos e em casa (com mais de metade a identificar algum impacto nestas áreas, sendo esse impacto mais importante apenas num pequeno número de casos); a área face à qual é reportado um menor impacto é a que remete para as brincadeiras/tempos livres (com mais de metade dos pais a referir que as dificuldades da criança não interferem nada nesta área). Por fim, a maioria dos pais considerou que as dificuldades da criança exercem alguma sobrecarga sobre si próprios/família, contudo apenas um número restrito de pais (14%) reportou esta sobrecarga como elevada.

Com um intuito meramente exploratório, analisou-se ainda a relação do envolvimento paterno com a percepção parental das dificuldades da criança e do seu impacto em diferentes áreas. Salientou-se que um maior envolvimento do pai em termos de cuidados se associou com um menor impacto das dificuldades em casa e na escola (a nível da aprendizagem), existindo igualmente uma tendência para que os pais mais presentes no dia a dia da criança refiram um menor impacto nas brincadeiras/tempos livres da criança.

Também a título exploratório, procedeu-se à análise da inter-relação das variáveis referentes às dificuldades da criança e ao seu impacto. Destaca-se que, compreensivelmente, a identificação de um nível mais elevado de dificuldades na criança se associou com um maior incómodo/sofrimento provocado por estas dificuldades, bem como com uma maior perturbação no dia a dia da criança quer em casa, quer na escola (aprendizagem). Acresce que o incómodo da criança, suscitado pelas dificuldades, mostrou ter um impacto no seu dia a dia, associando-se com maior perturbação em todas as áreas (em casa, com os amigos, na aprendizagem escolar e nas brincadeiras/tempos livres, ainda que o resultado relativo à escola seja apenas tendencial), e também com a percepção de maior sobrecarga para o pai/a família. De referir que esta maior sobrecarga se relacionou igualmente com um maior impacto das dificuldades na aprendizagem escolar e em casa, sugerindo que estas podem ser áreas especialmente valorizadas pelo pai/família. Verificou-se ainda que o impacto das dificuldades em casa se relacionou positivamente com o impacto na aprendizagem e na relação com os amigos (reforçando a relação antes mencionada do incómodo com as áreas casa e escola), a qual, por sua vez, também se associou com as brincadeiras/tempos livres, indiciando que, compreensivelmente, quando a relação com os amigos está de algum modo prejudicada a área das brincadeiras/tempos livres também é afetada. Por último, refira-se que, na perspetiva do pai, a duração das dificuldades não parece ser relevante para o seu impacto, pelo menos na amostra estudada, obtendo-se apenas uma associação tendencial desta duração com a interferência na aprendizagem escolar. É provável que os resultados pudessem ser diferentes se estivesse em causa uma amostra clínica de crianças-alvo.

Passando agora à abordagem do envolvimento paterno e da percepção do comportamento da criança em função do sexo e da sua idade (Objetivo 2), e começando pelo sexo, não ocorreram variações no envolvimento paterno em função da criança ser rapaz ou rapariga. Estes resultados são consonantes com os de outros autores que também não reportaram diferenças significativas no envolvimento paterno com base na variável em causa (e.g., Monteiro et al., 2006; Monteiro et al., 2017; Rouyer et. al, 2007). Contudo, na literatura não existe consistência neste domínio já que outros estudos demonstraram que os pais se sentem mais envolvidos com

os filhos do que com as filhas (e.g., Cabrera et al., 2000; Flouri & Buchanan, 2003b; Lamb, 2000; Lima et al., 2011; Pleck, 1997).

Quanto ao comportamento da criança, também não se observaram variações em função do sexo desta. Com efeito, apesar de os pais reportarem, em termos médios, níveis um pouco mais elevados de comportamentos externalizantes e internalizantes para os rapazes, as diferenças entre os pais dos rapazes e das raparigas não são suficientes para se atingir significância estatística. Estes resultados contradizem os obtidos por autores cujos estudos apontaram para uma maior prevalência de comportamentos de tipo externalizante nos rapazes e de tipo internalizante nas raparigas (e.g., Liu, 2004; Liu et al., 2011; Rescorla et al., 2007), embora a literatura não seja consistente a este nível, parecendo que a própria idade da criança poderá ser relevante. Com efeito, por exemplo Keiley et al. (2000), num estudo longitudinal que envolveu a avaliação de crianças desde o jardim de infância até ao sétimo ano de escolaridade, verificaram que, apesar dos níveis iniciais de comportamentos externalizantes serem mais elevados nos rapazes, eles vão decrescendo no tempo à medida que a criança fica mais velha, o que poderia contribuir para justificar os resultados agora obtidos, já que os rapazes ficariam, assim, mais próximos das raparigas. Também o aumento de comportamentos de tipo internalizante que se observa com a idade nos dois sexos (ainda que mais elevado nas raparigas) (ver Lee & Bukowski, 2012) poderia contribuir para os aproximar nesta dimensão.

Os resultados não confirmam as hipóteses colocadas, nas quais se previa que os pais dos rapazes reportassem níveis mais elevados de envolvimento, pelo menos num dos domínios (H2a), e que os pais reportassem mais problemas de comportamento externalizante nos rapazes e internalizante nas raparigas (H2b).

No que respeita à idade da criança, os pais das crianças mais novas (≤ 8 anos), comparativamente com os pais das mais velhas (> 8 anos), mostraram estar significativamente mais envolvidos nos Cuidados e Disciplina. Estes resultados são consonantes com os de outros estudos que apontam para que o pai está mais envolvido quando os filhos são mais novos (e.g., Lamb, 2000; Phares & Cho, 2019), não obstante poder estar mais interessado na interação com a criança quando esta é mais velha (Lamb, 2000).

Relativamente ao comportamento da criança, os pais das crianças mais novas e mais velhas não se distinguiram significativamente, ao contrário do esperado. De facto, apesar de a média obtida para os comportamentos externalizantes ser mais baixa no grupo dos pais das crianças com idade superior a 8 anos, e seguir, por isso, a tendência prevista, salienta-se que a magnitude da diferença entre as médias dos dois grupos não é suficiente para se atingir significância estatística. A ausência de diferenças significativas é discrepante da literatura que

identifica uma diminuição dos comportamentos externalizantes com a idade (e um aumento dos comportamentos internalizantes, sobretudo nas raparigas) (ver Lee & Bukowski, 2012; McConaughy et al., 1992). É possível que a menor dimensão do grupo “> 8 anos”, e mesmo a assimetria entre os dois grupos, possam ter contribuído, pelo menos em parte, para o resultado obtido. Estudos futuros deverão ter esta limitação em consideração. Adicionalmente, é pertinente considerar que os resultados poderiam ser diferentes se as crianças mais novas tivessem idade pré-escolar (e a comparação fosse idade pré-escolar/escolar).

Nesta sequência, no que respeita às hipóteses delineadas com base na idade da criança, é corroborada a que previa que os pais com filhos mais novos reportariam níveis mais elevados de envolvimento, pelo menos num dos domínios (H3a), mas não o é a que estimava que os pais com filhos mais velhos reportassem níveis mais baixos de problemas de comportamento externalizante (H3b).

Por fim, discutem-se os resultados relativos à análise do envolvimento paterno e da perceção do comportamento da criança em função de variáveis relacionais - proximidade na relação com a criança - e familiares – ser cuidador da criança e número de filhos (Objetivo 3). No que diz respeito à proximidade na relação com a criança, não obstante ter havido pouca variabilidade nas respostas, já que todas incidiram nas categorias que remetem para maior proximidade, salientou-se que ocorreram níveis significativamente mais elevados de envolvimento nos cuidados por parte dos pais que se classificaram como estando “muitíssimo próximo” na relação com a criança, face aos que referiram estar “muito próximo”. O resultado enquadra-se na literatura que aponta uma associação entre níveis elevados de envolvimento e uma relação pai-criança mais forte e próxima (Wilson & Prior, 2011), deixando antever que possa existir uma elevada satisfação daqueles pais com o seu papel já que se demonstra que a melhor qualidade da interação e a maior proximidade na relação pai-criança aumentam a satisfação do pai com o papel parental, tendo tal consequências positivas na dinâmica familiar (e.g., Cia et al., 2005). Na mesma linha, um estudo de Lima et al. (2009) destaca que quanto mais positiva for a representação que o pai tem do seu próprio envolvimento com a criança, maior é a interação que desenvolve com ela. Os resultados obtidos, parecem reforçar, assim, que o grau de proximidade do pai na relação com a criança interferirá positivamente no seu envolvimento nos cuidados dos filhos.

Ao nível do comportamento, a proximidade na relação com a criança não revelou variações significativas na perceção deste comportamento. Na literatura identifica-se que a figura paterna contribui para o bem-estar e desenvolvimento saudável dos filhos, afetando positivamente o seu funcionamento em diferentes áreas, designadamente socio-emocional,

comportamental e cognitiva (e.g., Sarkadi et al., 2008; Tamis-LeMonda & Cabrera, 1999), sendo, por isso, expectável que a identificação de problemas de comportamento fosse menor no grupo que refere maior proximidade na relação com a criança, o que não se traduz nos resultados obtidos. É possível que, para os problemas de comportamento da criança, a qualidade da proximidade na relação com a criança seja mais importante do que o seu grau.

Deste modo, confirma-se a hipótese que previa que os pais com uma maior proximidade na relação com a criança reportariam níveis mais elevados de envolvimento paterno, pelo menos num dos domínios (H4a), mas não se confirma a que estimava que os pais com aquele tipo de proximidade na relação com a criança identificariam níveis mais baixos de problemas de comportamento (H4b).

Relativamente à variável cuidador da criança, os resultados mostraram que, quando os pais participam em conjunto com as mães no cuidado à criança, o envolvimento paterno nos cuidados e disciplina é significativamente maior do que quando é apenas a mãe a cuidadora da criança. Estes resultados são consonantes com os obtidos por Arrais (2012), em cujo estudo a avaliação do envolvimento paterno é feita, tal como neste, com a EEP, podendo ainda considerar-se que eles se enquadram na literatura que aponta a relação positiva do pai com a mãe da criança como facilitadora do envolvimento do mesmo na vida dos filhos (e.g., Tamis-LeMonda & Cabrera, 1999), tendo também a relação do casal um grande impacto no envolvimento paterno (ver revisão de Santis & Barham, 2017).

Quanto à percepção paterna do comportamento da criança, mais uma vez não se obtiveram resultados significativos, não havendo variações nos comportamentos externalizantes e internalizantes em função de o pai ser ou não cuidador da criança (ainda que a par da mãe). Apesar de não se ter acedido a literatura específica neste domínio, refira-se que os resultados não parecem enquadrar-se no reportado na revisão de literatura de Sarkadi et al. (2008), onde sobressai que a coabitação da criança com a mãe e um parceiro masculino (seja pai biológico ou não) está associada a menos problemas de comportamento externalizantes. Note-se, contudo, que o facto de haver coabitação não implica necessariamente que o pai tenha uma participação nos cuidados da criança.

Assim, confirma-se a hipótese que previa que os pais que são cuidadores da criança (ainda que em conjunto com a mãe) refeririam níveis mais elevados de envolvimento (comparativamente com os que não são cuidadores), pelo menos num dos domínios do envolvimento (H5a), não se confirmando, no entanto, a hipótese geral que estimava que ocorressem variações na percepção do comportamento da criança em função do pai ser, ou não, cuidador (H5b).

Passando agora à última variável estudada, o número de filhos, não se verificaram variações no envolvimento paterno ou no comportamento em função desta variável. Relativamente ao envolvimento paterno, o resultado é diferente do que seria expectável, dado que, com base na literatura, quanto menor o número de filhos, maior a motivação do pai para se envolver com cada um deles (Lamb, 2000), associando-se o maior número de filhos com o menor envolvimento paterno (e.g., Flouri & Buchanan, 2003b; Pleck, 1997). Com efeito, ter mais filhos representa menos tempo individual para cada um e, como tal, uma perceção de menor envolvimento com os mesmos (Monteiro et al., 2017). Teria sido interessante explorar a perspetiva das próprias crianças relativamente ao envolvimento do pai, para complementar com os relatos do pai, o que poderá ser contemplado em estudos futuros.

Por sua vez, a literatura que relaciona o comportamento da criança com o número de filhos/irmãos é insuficiente, incide sobretudo na perceção da criança e denota inconsistência de resultados, como se capta, por exemplo, na revisão de literatura de Wei et al. (2016) em que, por um lado, diversos estudos apontam que ter irmãos leva a que as crianças apresentem um melhor ajustamento e sejam menos egocêntricas e, por outro lado, vários estudos não encontraram diferenças significativas em termos de ajustamento e sociabilidade entre os filhos únicos e os que têm irmãos. Na linha desta última tendência, um estudo de Tao (1998) também não encontrou diferenças significativas no que diz respeito à frequência de problemas de comportamento entre crianças com e sem irmãos. Numa outra linha, mas no âmbito da inconsistência referida, Riggio (1999) apresentou resultados com adultos, mostrando que aqueles que tinham crescido sem irmãos reportavam mais instabilidade geral a nível emocional, comparativamente com adultos que tinham crescido com irmãos. É possível que a variável número de filhos pudesse ter algum impacto no envolvimento e no comportamento da criança se, por exemplo, os participantes do estudo tivessem um nível de escolaridade e socioeconómico baixos, já que tal poderia colocar desafios e exigências adicionais com impacto no funcionamento individual e parental.

Deste modo, não se confirmam as hipóteses que estimavam que os pais com mais filhos, comparativamente com os que têm menos, reportariam níveis mais baixos de envolvimento paterno, pelo menos num dos domínios (H6a), e que ocorreriam variações na perceção do comportamento da criança em função do número de filhos (H6b).

6. Conclusão

Num tempo que desafia os modelos tradicionais de família e de paternidade, torna-se imperativa a necessidade de compreender o papel do pai na atualidade, acompanhando toda a sua evolução, com vista a melhor entender a sua influência no desenvolvimento das novas gerações. A presente investigação insere-se neste desígnio, pretendendo contribuir para aumentar o conhecimento disponível no que diz respeito à perspetiva do pai relativamente ao seu envolvimento nos cuidados e educação dos filhos (em idade escolar), bem como face ao comportamento da criança, e em particular o conhecimento que remete para a relação entre as duas dimensões, relação esta que continua a carecer de estudo, e mais ainda na população portuguesa, onde a própria pesquisa sobre o envolvimento paterno é mais recente. De facto, a literatura que foca a relação destes conceitos é escassa e com resultados inconsistentes. O papel de variáveis individuais (sexo e idade da criança), relacionais (proximidade na relação com a criança) e familiares (ser ou não cuidador da criança e número de filhos) no envolvimento do pai e no comportamento da criança (perceção parental) foi também analisado.

Quanto aos resultados obtidos, destaca-se que, face à relação do envolvimento paterno – avaliado com a EEP - com o comportamento da criança - avaliado com o SDQ - os pais com uma presença mais frequente no dia a dia da criança reportaram mais comportamentos internalizantes nos filhos, e os pais mais envolvidos na disciplina tenderam a identificar mais comportamentos externalizantes. Apesar de estes resultados não seguirem a tendência presente na literatura, que aponta para uma associação negativa entre envolvimento e problemas de comportamento, eles poderão indiciar que o maior envolvimento do pai com a criança será facilitador para a identificação de problemas de comportamento nos filhos.

A exploração da perceção do pai sobre as dificuldades da criança, sua duração, e impacto nas diferentes áreas da vida da criança (avaliadas na segunda parte do SDQ) mostrou que a maioria dos pais não identificou dificuldades. Dos 43 pais que as identificaram, a maior parte referiu que a duração das dificuldades é superior a um ano. O incómodo gerado por estas dificuldades tem um impacto nas várias áreas da vida da criança (casa, amigos, aprendizagem escolar, brincadeiras/tempos livres), constituindo também uma sobrecarga para o pai/a família; esta sobrecarga parece ser igualmente potenciada pela perturbação que as dificuldades causam na vida da criança em casa e na aprendizagem escolar. Acresce que as próprias áreas de impacto se poderão potenciar umas às outras já que o impacto em casa se associou com o impacto na aprendizagem e na relação com os amigos e este, por sua vez, associou-se com o impacto nas brincadeiras/tempos livres. Sobressaiu igualmente que um maior envolvimento do pai nos

cuidados se traduz num menor impacto das dificuldades em casa e na escola (aprendizagem escolar), tendendo ainda os pais mais presentes na vida do dia a dia da criança a reportar um menor impacto das dificuldades nas brincadeiras/tempos livres da criança, indiciando o benefício deste envolvimento para a criança.

Relativamente às variáveis da criança (sexo e idade), não se observaram diferenças significativas quer para o envolvimento paterno, quer para o comportamento da criança em função da esta ser rapaz ou rapariga, mas os pais das crianças mais novas (≤ 8 anos) referiram um envolvimento significativamente maior em termos de cuidados e de disciplina, comparativamente com os pais das mais velhas (> 8 anos), não havendo, no entanto, diferenças significativas para o comportamento em função da idade. O resultado para o envolvimento pode dever-se ao facto de algumas crianças-alvo mais novas serem menos autónomas e requererem maior participação e auxílio parental nos cuidados (até mediante o apoio à figura materna), podendo carecer também de um maior envolvimento do pai em termos da disciplina, por exemplo, através da colocação de limites.

No que se refere às variáveis relacionais (proximidade na relação com a criança) e familiares (ser ou não cuidador da criança e número de filhos) não se obtiveram resultados significativos relativamente à perceção parental do comportamento da criança. Contudo, face ao envolvimento salientou-se que os pais com um nível mais elevado de proximidade na relação com a criança reportaram ter um envolvimento significativamente maior nos cuidados, o mesmo acontecendo quando o pai era cuidador da criança a par da mãe (versus apenas a mãe ser cuidadora da criança), estando neste caso também mais envolvido em termos da disciplina. Estes resultados sugerem a importância, para o envolvimento do pai, quer da proximidade relacional quer da participação nos cuidados, parecendo que se podem potenciar mutuamente, havendo, assim, por hipótese, um efeito bidirecional entre o envolvimento e estas variáveis. Neste estudo, o número de filhos não contribuiu para variações significativas no envolvimento do pai.

Não obstante o presente estudo contribuir para um melhor entendimento das variáveis analisadas, ele apresenta algumas limitações. Primeiramente destaca-se o facto de a sua avaliação ter sido baseada apenas em instrumentos de autorrelato, recorrendo-se ao pai como único informante. Uma outra limitação prende-se com o facto de a dimensão de alguns dos grupos que foram constituídos (e.g., número de filhos) ser reduzida, além de assimétrica. Constitui também uma limitação a avaliação do comportamento da criança ter sido feita de forma indireta (perceção parental) e não de forma direta (através de observação) ou por autoavaliação da criança. A utilização de uma medida do envolvimento paterno que incide na

quantidade deste envolvimento, mas não na sua qualidade é uma limitação adicional. Por fim, uma outra limitação, neste caso dos próprios dados, diz respeito ao facto de eles apresentarem muito pouca variabilidade em alguns casos, sobretudo no que se refere à variável percepção de proximidade na relação com a criança, salientando-se que a quase totalidade dos pais deu respostas que incidiram nas categorias que remetem para maior proximidade, comprometendo a exploração das dimensões em estudo com pais que considerassem ter uma menor proximidade na relação com os filhos (embora coabitassem com eles).

Apesar das limitações apontadas, este estudo contribui para uma melhor compreensão do “novo” pai, que se quer envolver com os filhos e que, gradualmente, se distancia de um modelo mais tradicional. Os psicólogos que trabalham com pais devem estar preparados para esta mudança, por forma a corresponderem às exigências inerentes, o que implica um trabalho com o casal parental e a criança, e não apenas com a mãe e a criança como geralmente acontecia no passado já que o pai pouco comparecia nos contextos clínicos. Os resultados deste estudo mostraram a importância de se promover o envolvimento do pai nos cuidados e educação da criança, pelas potenciais consequências positivas para esta, bem como a proximidade relacional, que se sabe ser relevante não só para o funcionamento da criança, mas também para a satisfação do pai com o seu papel, tendo ainda benefício para a interação familiar. De referir que as próprias instituições laborais deveriam ser conhecedoras das vantagens do envolvimento do pai com os filhos e, mais do que isso, levá-las em consideração, por exemplo através de facilitar/flexibilizar a presença/acompanhamento do pai em termos do dia a dia dos filhos (e.g., consultas, atividades na escola), o que traria benefícios para todos os implicados (incluindo para as empresas, com aumento dos níveis de satisfação e motivação), conseguindo-se, assim, uma conciliação trabalho-família mais benéfica.

Relativamente a sugestões para estudos futuros, seria importante o recurso a amostras de maior dimensão e com maior diversidade em termos de variáveis sociodemográficas específicas como o estado civil (permitindo comparar, por exemplo, pais casados com divorciados) e a idade da criança (possibilitando a comparação de grupos etários que se situem abaixo e acima das idades agora contempladas), e analisando outras que não foram integradas neste estudo como o nível socioeconómico. Seria igualmente importante, como já se sugeriu antes, considerar a perspectiva de diversos informantes (nomeadamente as próprias crianças e o par parental) quer na avaliação do envolvimento paterno, quer do comportamento da criança, bem como contemplar outros tipos de família como famílias homoparentais. Por fim, teria igualmente pertinência a realização de estudos longitudinais que acompanhassem os efeitos a longo prazo, decorrentes do envolvimento paterno em diversos momentos do desenvolvimento,

no comportamento da criança ou até na construção da sua personalidade, com a inclusão de medidas que avaliassem também este domínio. Por último, seria interessante considerar, a par do envolvimento paterno e do comportamento da criança, outras variáveis que poderão ser influentes como as horas de trabalho do pai, a relação conjugal e de coparentalidade, ou até a percepção do pai sobre o envolvimento do seu próprio pai na infância/adolescência.

Referências

Achenbach, T. M. (1991). Manual for the Child Behaviour Checklist/4-18 and 1991 profile. Burlington, VT: University of Vermont, Department of Psychiatry.

Achenbach, T. M., Becker, A., Dopfner, M., Heiervang, E., Roessner, V., Steinhausen, H. C., & Rothenberger, A. (2008). Multicultural assessment of child and adolescent psychopathology with ASEBA and SDQ instruments: Research findings, applications, and future directions. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 49(3), 251-275. doi: 10.1111/j.1469-7610.2007.01867.x.

Achenbach, T., & Edelbrock, C. (1978). The classification of child psychopathology: A review and analysis of empirical efforts. *Psychological Bulletin*, 85, 1275- 1301. doi: 10.1037/0033-2909.85.6.1275

Achenbach, T. M., & Rescorla, L. A. (2000). *Manual for the ASEBA preschool forms & profiles*. Burlington, VT: University of Vermont, Research Center for Children, Youth, & Families

Achenbach, T. M., & Rescorla, L. A. (2001). *Manual for the ASEBA school-age forms & profiles*. Burlington, VT: University of Vermont, Research Center for Children, Youth, & Families

Aldous, J., & Mulligan, G. M. (2002). Fathers' child care and children's behavior problems: A longitudinal study. *Journal of Family Issues*, 23(5), 624-647. doi:10.1177/0192513X02023005003

Amato, P. R., & Rivera, F. (1999). Paternal involvement and children's behavior problems. *Journal of Marriage and Family*, 61(2), 375-384. doi: 10.2307/353755

Arrais, A. I. L. (2012). *Envolvimento paterno, stress parental e apoio social em pais de crianças em idade escolar* (Dissertação de Mestrado não publicada). Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa, Lisboa.

Becker, A., Woerner, W., Hasselhorn, M., Banaschewski, T., & Rotherberger, A. (2004). Validation of the parent and teacher SDQ in a clinical sample. *European Child & Adolescent Psychiatry*, 13(Suppl. 2), 11–16. doi:10.1007/s00787-004-2003-5

Beltrame, G. R., & Bottoli, C. (2010). Retratos do envolvimento paterno na atualidade. *Barbarói*, 32, 205-226.

Bøe, T., Hysing, M., Skogen, J. C., & Breivik, K. (2016). The Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ): Factor structure and gender equivalence in Norwegian adolescents. *PloS one*, 11(5), 1-15. doi: 10.1371/journal.pone.0152202

Bowlby, J. (1982). *Attachment and loss. Vol. 1. Attachment* (2nd ed.). London: Basic Books. (Obra original publicada em 1969)

Bowlby, J. (1989). *Are mothers really necessary?* Southampton, Hampshire: TVS Education.

Cabrera, N., Tamis-LeMonda, N., Bradley, B., Hofferth, S., & Lamb, M. (2000). Fatherhood in the 21st century. *Child Development*, 71, 127–136.

Cabrera, J. J., & Tamis-LeMonda, C. S. (Eds.). (2012). *Handbook of father involvement: Multidisciplinary perspectives* (2nd ed.). Oxon: Routledge.

Cabrera, N. J. (2020). Father involvement, father-child relationship, and attachment in the early years. *Attachment & Human Development*, 22, 134-138. doi:10.1080/14616734.2019.1589070

Cano, T., Perales, F., & Baxter, J. (2019). A matter of time: Father involvement and child cognitive outcomes. *Journal of Marriage and Family*, 81, 164-184. doi:10.1111/jomf.12532

Cia, F., Pamplin, R. C., & Williams, L. (2008). O impacto do envolvimento parental no desempenho acadêmico de crianças escolares. *Psicologia em Estudo*, 13(2), 351-360.

Cia, F., Williams, L., & Aiello, A. L. (2005). Influências paternas no desenvolvimento infantil: Revisão de literatura. *Revista Psicologia Escolar e Educacional*, 9(2), 225-233.

Doucet, A. (2020). Father involvement, care, and breadwinning: Genealogies of concepts and revisioned conceptual narratives. *Genealogy*, 4, 1-17. doi:10.3390/genealogy4010014

Dubeau, D., Coutu, S., & Lavingueur, S. (2013). Links between different measures of mother/father involvement and child social adjustment. *Early Child Development and Care*, 183, 791–809. doi:10.1080/03004430.2012.723442

Eisenberg, N., Cumberland, A., Spinrad, T. L., Fabes, R. A., Shepard, S. A., Reiser, M., ... & Guthrie, I. K. (2001). The relations of regulation and emotionality to children's externalizing and internalizing problem behavior. *Child Development*, 72(4), 1112-1134. doi:10.1111/1467-8624.00337

Eamon, M. K., & Zuehl, R. M. (2001). Maternal depression and physical punishment as mediators of the effect of poverty on socioemotional problems of children in single-mother families. *American Journal of Orthopsychiatry*, 71(2), 218-226. doi:10.1037/0002-9432.71.2.218

Fleitlich, B., Loureiro, M. J., Fonseca, A., & Gaspar, M. F. (2005). *Questionário de Capacidades e de Dificuldades (SDQ-Port)*. Retirado de <http://www.sdqinfo.org>

Flouri, E., & Buchanan, A. (2003a). The role of father involvement in children's later mental health. *Journal of Adolescence*, 26(1), 63-78. doi: 10.1016/S0140-1971(02)00116-1

Flouri, E., & Buchanan, A. (2003b). What predicts fathers' involvement with their children? A prospective study of intact families. *British Journal of Developmental Psychology*, 21(1), 81-98. doi:10.1348/0261510

Flouri, E., Midouhas, E., & Narayanan, M. K. (2016). The relationship between father involvement and child problem behaviour in intact families: A 7-year cross-lagged study. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 44(5), 1011-1021. doi: 10.1007/s10802-015-0077-9

Freeman, T. (2008). Psychoanalytic concepts of fatherhood: Patriarchal paradoxes and the presence of an absent authority. *Studies in Gender and Sexuality*, 9(2), 113-139. doi:10.1080/15240650801935156

Freud, S. (1955a). Group psychology and the analysis of the ego. In J. Strachey (Ed. & Trad.), *The standard edition of the complete works of Sigmund Freud* (Vol. 18, pp.65-144). London: Hogarth Press. (Obra original publicada em 1921).

Freud, S. (1955b). The dissolution of the oedipus complex. In J. Strachey (Ed. & Trad.), *The standard edition of the complete works of Sigmund Freud* (Vol. 19, pp.171-180). London: Hogarth Press. (Obra original publicada em 1924).

Freud, S. (1955c). The ego and the id. In J. Strachey (Ed. & Trad.), *The standard edition of the complete works of Sigmund Freud* (Vol. 19, pp.1-66). London: Hogarth Press. (Obra original publicada em 1923).

Goodman, A., Lamping, D. L., & Ploubidis, G. B. (2010). When to use broader internalising and externalising subscales instead of the hypothesised five subscales on the Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ): Data from British parents, teachers and children. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 38(8), 1179–1191. doi: 10.1007/s10802-010-9434-x

Goodman, R. (1997). The Strengths and Difficulties Questionnaire: A research note. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 38, 581-586. doi: 10.1111/j.1469-7610.1997.tb01545.x

Jones, K. (2005). The role of father in psychoanalytic theory. *Smith College Studies in Social Work*, 75(1), 7-28. doi:10.1300/J497v75n01_02

Keiley, M. K., Bates, J. E., Dodge, K. A., & Pettit, G. S. (2000). A cross-domain growth analysis: Externalizing and internalizing behaviors during 8 years of childhood. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 28(2), 161-179. doi: 10.1023/A:1005122814723

Kennedy, M., Betts, L., Dunn, T., Sonuga-Barke, E., & Underwood, J. (2015). Applying Pleck's model of paternal involvement to the study of preschool attachment quality: A proof of concept study. *Early Child Development and Care*, 185(4), 601-613. doi:10.1080/03004430.2014.944907

Keown, L. J., & Palmer, M. (2014). Comparisons between paternal and maternal involvement with sons: Early to middle childhood. *Early Child Development and Care*, 184, 99–117. doi:10.1080/03004430.2013.773510

Klein, M. (1928). Early stages of the Oedipus conflict. *The International Journal of Psychoanalysis*, 9, 167–180

Kroll, M. E., Carson C., Redshaw M., & Quigley M.A. (2016). Early father involvement and subsequent child behaviour at ages 3, 5 and 7 years: Prospective analysis of the UK Millennium Cohort Study. *PLoS ONE*, 11(9), 1-17. doi: 10.1371/journal.pone.0162339

Lamb, M. E. (1975). Fathers: Forgotten contributors to child development. *Human Development*, 18, 245-266. doi:10.1159/000271493

Lamb, M. E., Pleck, J. H., Charnov, E. L., & Levine, J. A. (1985). Paternal behavior in humans. *American Zoologist*, 25, 883-894. doi: 10.1093/icb/25.3.883

Lamb, M. E., Pleck, J. H., Charnov, E. L., & Levine, J. A. (1987). A biosocial perspective on paternal behavior and involvement. In J. B. Lancaster, J. Altmann, A. S. Rossi, & L.R. Sherrod (Eds.), *Parenting across the lifespan: Biosocial dimensions* (pp. 111-142). Hawthorne, NY: Aldine.

Lamb, M. E. (1997). The development of father-infant relationships. In M. E. Lamb (Ed.), *The role of the father in child development* (pp. 104-120). New York: John Wiley & Sons.

Lamb, M. E. (2000). The history of research on father involvement. *Marriage & Family Review*, 29(2-3), 23-42. doi: 10.1300/J002v29n02_03

Lamb, M. E. (2010) How do fathers influence children's development? Let me count the ways. In M. Lamb (Ed.), *The role of the father in child development* (pp. 1– 26). New Jersey: John Wiley & Sons

Lamb, M. E., & Tamis-LeMonda, C. S. (2004). The role of the father: An introduction. In M. E. Lamb (Ed.), *The role of father in child development* (pp. 1-31). New Jersey: John Wiley & Sons

Lee, E. J., & Bukowski, M. (2012). Co-development of internalizing and externalizing problem behaviors: Causal direction and common vulnerability. *Journal of Adolescence*, 35(3), 713-729. doi: 10.1016/j.adolescence.2011.10.008

Leon, S. C., Bai, J. G., & Fuller, A. K. (2016). Father involvement in child welfare: Associations with changes in externalizing behavior. *Child Abuse & Neglect*, 55, 73-80. doi:10.1016/j.chiabu.2016.04.003.

Lima, J. A., Serôdio, R. G., & Cruz, O. (2009). O envolvimento do pai no processo desenvolvimental dos filhos: Uma abordagem intergeracional. *Psicologia*, 23(2), 103-114.

Lima, J. A., Serôdio, R. G., & Cruz, O. (2011). Pais responsáveis, filhos satisfeitos: As responsabilidades paternas no quotidiano das crianças em idade escolar. *Análise Psicológica*, 29(4), 567-578.

- Liu, J. (2004). Childhood externalizing behavior: Theory and implications. *Journal of Child and Adolescent Psychiatric Nursing*, 17(3), 93-103. doi:10.1111/j.1744-6171.2004.tb00003.x
- Liu, J., Chen, X., & Lewis, G. (2011). Childhood internalizing behaviour: Analysis and implications. *Journal of Psychiatric and Mental Health Nursing*, 18(10), 884-894. doi:10.1111/j.1365-2850.2011.01743.x
- López-Soler, C., Castro, M., Alcántara, M., Fernández, V., & López, J. A. (2009). Prevalencia y características de los síntomas externalizantes en la infancia. Diferencias de género. *Psicothema*, 21(3), 353-358.
- Mahler, M. S. (1975). The psychological birth of the human infant: Symbiosis and individuation. London: Routledge.
- Marks, M. (2002). Letting fathers in. In J. Trowell, & A. Etchegoyen (Eds.), *The importance of fathers* (pp. 93-105). London: The New Library of Psychoanalysis.
- Marsiglio, W., Randal D., Day, R. D., & Lamb, M. E. (2000). Exploring fatherhood diversity. *Marriage & Family Review*, 29(4), 269-293. doi: 10.1300/J002v29n04_03
- Marzocchi, G. M., Capron, C., Di Pietro, M., Tauleria, E. D., Duyme, M., Frigerio, A., ... Thérond, C. (2004). The use of the Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ) in Southern European countries. *European Child & Adolescent Psychiatry*, 13, 40-46. doi: 10.1007/s00787-004-2007-1
- McBride, B. A., Brown, G. L., Bost, K. K., Shin, N., Vaughn, B., & Korth, B. (2005). Paternal identity, maternal gatekeeping, and father involvement. *Family Relations*, 54(3), 360-372.
- McConaughy, S., Stanger, C., & Achenbach, T. M. (1992). Three-year course of behavioral/emotional problems in a national sample of 4- to 16-year-olds: I. Agreement among informants. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 31(5), 932-940
- Mehall, K. G., Spinrad, T. L., Eisenberg, N., & Gaertner, B. M. (2009). Examining the relations of infant temperament and couples' marital satisfaction to mother and father involvement: A longitudinal study. *Fathering*, 7(1), 23. doi: 10.3149/fth.0701.23

- Millings, E. (2010). The role and influence of the father on his 'child' in biological and non-biological relationships. Part one: Literature overview and an interpretative phenomenological analysis study. *Counselling Psychology Quarterly*, 23(1), 35-43. doi:10.1080/09515071003696994
- Monteiro, L., Fernandes, M., Torres, N., & Santos, C. (2017). Father's involvement and parenting styles in Portuguese families: The role of education and working hours. *Análise Psicológica*, 35(4), 513-528. doi: 10.14417/ap.1451
- Monteiro, L., Veríssimo, M., Castro, R., & Oliveira, C. (2006). Partilha da responsabilidade parental. Realidade ou expectativa? *Psychologica*, 42, 213-229.
- Olsavsky, A. L., Berrigan, M. N., Schoppe-Sullivan, S. J., Brown, G. L., & Kamp Dush, C. M. (2020). Paternal stimulation and father-infant attachment. *Attachment & Human Development*, 22, 15-26. doi: 10.1080/14616734.2019.1589057
- Paiva, N. D. (2016). Keeping fathers in mind. *Journal of Child Psychotherapy*, 42(2), 122-134. doi:10.1080/0075417X.2016.1191199
- Parke, R. D. (2000) Father involvement: A developmental psychological perspective. *Marriage & Family Review*, 29(2-3), 43-58, doi: 10.1300/J002v29n02_04
- Phares, V., & Cho, G. E. (2019). Father-child relationship. *Salem Press Encyclopedia of Health*. Retirado de <https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&db=ers&AN=9382048&lang=ptbr&site=eds-live&scope=site>
- Pleck, J. H. (1997). Paternal involvement: Levels, sources, and consequences. In M. E. Lamb (Ed.), *The role of the father in child development* (pp. 66–103). New York: Wiley.
- Pleck, J. H. (2007). Why could father involvement benefit children? Theoretical perspectives. *Applied Development Science*, 11(4), 196-202. doi:10.1080/10888690701762068
- Pleck, J. H. (2010). Paternal involvement: Revised conceptualization and theoretical linkages with child outcomes. In M. E. Lamb (Ed.), *The role of the father in child development* (5^a ed., pp. 58-93). New Jersey: John Wiley & Sons.
- Pleck, J. H. (2012). Integrating father involvement in parenting research. *Parenting: Science and Practice*, 12(2-3), 243-253. doi: 10.1080/15295192.2012.683365

Pleck, J. H., & Masciadrelli, B. P. (2004). Paternal involvement by U.S. residential fathers: Levels, sources, and consequences. In M. E. Lamb (Ed.), *The role of the father in child development* (4th ed., pp. 222–271). New York: Wiley.

Ramchandani, P. G., Domoney, J., Sethna, V., Psychogiou, L., Vlachos, H., & Murray, L. (2013). Do early father-infant interactions predict the onset of externalising behaviours in young children? Findings from a longitudinal cohort study. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 54(1), 56-64. doi:10.1111/j.1469-7610.2012.02583.x

Rescorla, L., Achenbach, T., Ivanova, M., Dumenci, L., Almqvist, F., Bilenberg, N., & Verhulst, F. (2007). Behavioral and emotional problems reported by parents of children ages 6 to 16 in 31 societies. *Journal of Emotional and Behavioral Disorders*, 15(3), 130- 142. doi: 10.1177/10634266070150030101

Riggio, H. R. (1999). Personality and social skill differences between adults with and without siblings, *The Journal of Psychology*, 133(5), 514-522. doi:10.1080/00223989909599759

Rouyer, V., Frascarolo, F., Zaouche-Gaudron, C., & Lavanchy, C. (2007). Fathers of girls, fathers of boys: Influence of child's gender on father's experience of engagement in, and representations of paternity. *Swiss Journal of Psychology*, 66(4), 225-233.

Santis, L., & Barham, E. J. (2017). Father involvement: Construction of a theoretical model based on a literature review. *Trends in Psychology*, 25(3), 941-953. doi:10.9788/TP2017.3-03En

Santos, S. V., & Barrocas, J. (2017). *Questionário demográfico e psicossocial - Documento interno*. Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa.

Sarkadi, A., Kristiansson, R., Oberklaid, F., & Bremberg, S. (2008) Fathers' involvement and children's developmental outcomes: A systematic review of longitudinal studies. *Acta Paediatrica* 97(2), 153-158. doi:10.1111/j.1651-2227.2007.00572.x

Simões, R., Leal, I., & Maroco, J. (2010a). Escala de Envolvimento Paterno: Um estudo de validação de um instrumento. Lisboa: Placebo Editora.

Simões, R., Leal, I., & Maroco, J. (2010b). Paternal involvement in a group of fathers of elementary school children. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 11(2), 339-356

Staudt, A. C., & Wagner, A. (2008). Paternidade em tempos de mudança. *Psicologia: Teoria e Prática*, 10(1), 174-185.

Tao, K.T. (1998). An overview of only child family mental health in China. *Psychiatry and Clinical Neurosciences*, 52(suppl.), S206-S211. doi:10.1111/j.1440-1819.1998.tb03223.x

Tamis-LeMonda, C. S., & Cabrera, N. (1999). Perspectives on father involvement: Research and social policy (with commentary by Ross Thompson). *Society for Research in Child Development, Social Policy Report*, 13(2), 1–26.

Vaden-Kiernan, N., Ialongo, N. S., Pearson, J., & Kellam, S. (1995). Household family structure and children's aggressive behavior: A longitudinal study of urban elementary school children. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 23(5), 553-558. doi: 10.1007/bf01447661

Wall, K. (2015). Fathers in Portugal: From old to new masculinities. In J. L. Roopnarine (Eds.), *Fathers across cultures: The importance, roles, and diverse practices of dads* (pp. 132-154). Santa Barbara: Praeger.

Wei, W., Wu, Y., Lv, B., Zhou, H., Han, X., Liu, Z., & Luo, L. (2016) The relationship between parental involvement and elementary students' academic achievement in China: One-only children vs. children with siblings, *Journal of Comparative Family Studies*, 47(4), 483-500. doi: 10.3138/jcfs.47.4.483

Wilson, K. R., & Prior, M. R. (2011) Father involvement and child well-being. *Journal of Paediatrics and Child Health*, 47(7), 405-407. doi:10.1111/j.1440-1754.2010.01770.x

Winnicott, D. W. (1956). Primary maternal preoccupation. In D.W. Winnicott (Ed.), *Collected tapes*. London: Tavistock Publications.

Zornig, S. M. (2010). Tornar-se pai, tornar-se mãe: O processo de construção da parentalidade. *Tempo Psicanalítico*, 42(2), 453-470.